

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula busca aproximação com o Senado e discute pautas prioritárias para 2024..... 3

A TRIBUNA - ES - REPORTAGEM ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Economia melhora e Estado tem 34 mil novos empregos..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo vai dobrar para mil os imóveis repassados para moradias e serviços..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Equalizar tributação, desafio para ZFM..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prudência com o superávit - HENRIQUE MEIRELLES..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB de 2023 mostra desafios ao crescimento sustentado (Editorial)..... 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxação de super-ricos pode render US\$ 250 bi por ano..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reunião da OMC termina sem acordo em temas-chave..... 14

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os sinais de regressão - FERNANDO GABEIRA..... 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Investir lá fora deixa de ser um privilégio para poucos..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O peso do agro e da indústria extrativa no crescimento - SERGIO LAMUCCI..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxar ricos pode fundonar mesmo sem consenso, diz Zucman..... 20

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados precisam de novas leis para IPVA e iates..... 23

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - MAIS SERRA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma simplificação complicadora (Artigo)..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Uma década perigosa para o mundo (Editorial)..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Como a crise chinesa afetará a economia brasileira (Artigo)..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Estados têm queda de receita e aumento de despesa em 2023.....28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Dados não corroboram melhora da produtividade, diz economista..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Fim de "década perdida" para PIB per capita parece mais perto..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado discute "orientação futura" do BC sobre juro.....37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Copom deveria suspender sinalização".....39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Campos se diz mais otimista que o mercado sobre fiscal..... 41

Lula busca aproximação com o Senado e discute pautas prioritárias para 2024

Renan Truffi e Fabio Murakawa De Brasília

Em busca de uma maior aproximação com o Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve se reunir, nesta terça-feira, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e integrantes da base aliada na Casa. O objetivo é conter o clima de descontentamento que se instalou na Casa neste início de legislatura.

Além disso, a gestão petista tem aproveitado as conversas com os parlamentares para construir uma lista de consenso entre as pautas que são prioritárias para governo e aquelas que interessam aos congressistas. A ideia, com isso, é garantir que o Congresso aprove uma série de matérias antes das eleições municipais, quando a tramitação de propostas tende a diminuir o ritmo.

A agenda foi marcada depois que Lula se reuniu, recentemente, com os deputados governistas e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o que gerou insatisfação entre os senadores já que o Senado foi responsável por dar certa estabilidade ao governo federal no primeiro ano do mandato. Diante dessa reclamação, o Planalto correu para atender à demanda da base e convocou uma nova confraternização.

Nos bastidores, auxiliares do Executivo reconhecem a necessidade de se fazer um gesto em particular para Pacheco, que tem auxiliado a gestão petista em momentos importantes, como na negociação em torno da medida provisória (MP) que reonera 17 setores intensivos em mão de obra. O senador mineiro ajudou a conduzir conversas entre o Congresso e o Palácio do Planalto que resultaram na revogação do trecho da MP que batava da reoneração e, agora, será negociado por meio de um projeto de lei encaminhado ao Congresso na semana passada.

O encontro com Pacheco e os senadores também servirá para que o Palácio tente desatar o nó envolvendo a CPI da Braskem, cujos trabalhos começaram na semana passada. Como o Valor noticiou na semana passada, o presidente do Senado teria ficado irritado com a escolha de Rogério Carvalho (PT-SE) para relator da comissão.

O motivo é que, inicialmente, Planalto e o presidente

do Senado tinham fechado questão em tomo de Renan Calheiros (MDB-AL) para essa função, mas este acabou preterido pela bancada do PSD e pelo próprio líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), à revelia do que havia sido acertado.

A aproximação com os parlamentares também está sendo utilizada para que o governo PT consiga pacificar uma lista de projetos a serem aprovados até o segundo semestre. Há algumas semanas, o Executivo entregou ao Parlamento sua proposta de prioridades legislativas, mas, nos últimos dias, a articulação política de Lula entrou no circuito para consolidar uma versão final que congregue também os interesses de deputados e senadores.

O Valor teve acesso à versão prévia do documento que está sendo discutido com os líderes. Além da regulamentação da **reforma tributária** em si, o Palácio do Planalto e o Congresso chegaram num consenso sobre projetos como o que cria um cadastro nacional de devedores contumazes. Na prática, a proposta trata dos critérios objetivos para definição do chamado inadimplente recorrente, cujo número de pessoas pode chegar a até 20 milhões, segundo a **Receita Federal**.

Nesse mesmo escopo, há consenso para que ganhe tração a proposta que institui o programa de conformidade tributária e **aduaneira**. O objetivo, com isso, é incentivar os bons contribuintes e fortalecer o caráter orientador da Receita, deixando em segundo plano o viés punitivo.

O projeto de lei (PL) que busca reonerar gradualmente a folha de salários de 17 setores, a nova Lei de Falências e a medida provisória (MP) que isenta o Imposto de Renda (IR) para quem ganha até dois salários também são matérias com situação mais consolidada na mesa de negociação.

Por fim, nesta-segunda-feira, a gestão petista deve apresentar outro desses itens: a proposta que busca garantir a regulamentação das categorias de motoristas por aplicativos. O anúncio está previsto para ser feito em evento no próprio Palácio do Planalto. Isso porque o assunto vem sendo tratado como prioridade por Lula desde o início do governo, já que esta era uma promessa de campanha do presidente.

Agenda foi marcada depois de reunião com deputados, o que incomodou senadores

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1§ion=1)**

Economia melhora e Estado tem 34 mil novos empregos

Queda do dólar, redução da **inflação** e maior credibilidade do País no mercado são fatores que favorecem criação de postos de trabalho. João Vítor Gomes A economia capixaba continua em crescimento, como aponta os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que mostra saldo positivo de postos de trabalho do Estado no ano passado.

Com a melhora da economia no País e no Espírito Santo, foram registrados 34.202 novos empregos, entre janeiro e dezembro de 2023.

O número refere-se à diferença entre as admissões de trabalhadores com carteira assinada no Estado, um total de 507.302, e os desligamentos de funcionários no mesmo período, que foi de 473.010.

O resultado positivo, com mais de 34 mil novos empregos no Estado em 2023, é puxado pelo desempenho do setor de serviços, que fez 14.420 novas contratações.

O resultado expressa um cenário do pós-pandemia, com a retomada das atividades, mas não se resume a isso, segundo o economista e diretor-geral da Faculdade Capixaba de Negócios (Facan), Marcelo Loyola "A queda da **inflação**, de 7% para 4%, passa uma credibilidade maior ao mercado. Além disso, o dólar caiu de R\$ 5,40 para R\$ 4,90, trazendo uma condição maior para os produtos importados, e o Estado é muito forte nesse setor e aquece os serviços também".

A tendência é que, com as eleições municipais, os investimentos do setor público potencializem ainda mais as contratações em setores como o da construção civil, que é beneficiado diretamente por obras de infraestrutura.

"Sem contar os empregos nos comitês eleitorais, gráficas, influenciadores digitais, marketeiros, assessorias, comunicação, podcast, internet Há uma injeção de recursos maior nesse período", diz.

O mês de maio foi o destaque positivo, com 13.575 contratações. Já dezembro foi o único mês com saldo negativo, com uma redução de 6.870 postos de trabalho.

A dinâmica do período de datas comemorativas no final do ano, principalmente no comércio, explica o dado, segundo o diretor de Integração do Instituto Jones Santos Neves (IJSN), Antônio Rocha. "Dezembro tradicionalmente apresenta dado negativo ao emprego formal devido ao encerramento dos contratos temporários".

A taxa de informalidade - parcela dos trabalhadores ocupados no setor informal em relação ao total da população ocupada - chegou a 39% no ano anterior, ligeiramente abaixo da média nacional (39,2%).

Para o professor, o percentual ainda preocupa, principalmente devido ao desamparo relacionado à **seguridade social** garantida aos que mantêm vínculos formais.

"O trabalhador não tem nenhum amparo de seguro saúde, aposentadoria, e por outro lado o governo não arrecada **impostos**".

O dólar caiu, isso traz condições melhores aos produtos importados. O Estado é forte no setor e aquece os serviços também

Marcelo Loyola. economista

Mais jovens e alta rotatividade no mercado de trabalho Apesar de o Estado fechar o ano passado com mais de 34 mil novos contratados com carteira assinada, houve um número relevante de desligamentos, seja por demissão voluntária ou por encerramento dos curtos contratos de trabalho.

No total, foram abertos 507.302 empregos formais de janeiro a dezembro do ano passado, com desligamentos de 473.010 ao longo do ano passado.

A diferença entre foi um saldo positivo de 34.202 novos empregos no Estado em 2023.

Segundo economistas, a alta de pedidos de demissão se deve ao aumento de pessoas indo para empregos alinhados às suas expectativas, com a presença de mais jovens no mercado de trabalho.

Empresas têm adotado estratégias para lidar com a alta rotatividade, afirma Lucas Nogueira, diretor regional da consultoria Robert Half.

"E preciso criar um plano de carreira mais robusto e melhorar a comunicação e treinar a liderança para lidar com essa mão de obra".

Admissões por ano 0 NÚMERO ABSOLUTO de contratações no mercado de trabalho formal aumentou no Espírito Santo nos últimos três anos.

DE 317.602 admissões em 2020, o número saltou para 507.302 no ano passado, alta de 59,73%.

EM 2021. foram 429.544 contratações no mercado de trabalho capixaba. segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Já em 2022. o número saltou para 476.701.

Nathan Diirr, gerente de Ambiente de Negócios do Observatório da Fines Obras do PAC ajudam o cenário econômico "Para 2024. a efetivação das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a melhora do poder de compra das famílias vão poder estimular a atividade industrial e. conseqüentemente, aumentar as contratações, principal - mente nos setores de construção civil, manutenção, reparação e instalação de máquinas, fabricação de produtos alimentícios e de produtos de metal.

Outros dois setores funcionam como vetores econômicos devido ao efeito multiplicador. O primeiro é o setor de fabricação de papel e celulose. Nele, espera-se que o aumento da produção no Estado crie maior demanda por profissionais ligados à cadeia de valor da celulose. Já no setor de petróleo e gás natural, o aumento da produção dos insumos poderá estimular novas contratações na cadeia fornecedora de bens e serviços".

Governo vai dobrar para mil os imóveis repassados para moradias e serviços

RENAN MONTEIRO E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br **BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Esther Dweck / ministra da gestão e da inovação em serviços públicos

Responsável pela gestão de **servidores públicos**, concursos e estatais, Esther Dweck pretende ampliar um programa que também está sob seu guarda-chuva: a transferência de imóveis da União para outros entes federativos, movimentos sociais e setor privado, para construção de habitações e equipamentos públicos. Hoje, mais de 500 imóveis já estão sendo analisados para repasse. Pelo menos mais 500 entrarão nesta lista, anunciou a ministra ao GLOBO. Além disso, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) terá ajuda do BNDES e da Caixa para estruturar projetos para uso do portfólio de imóveis federais.

Segundo a ministra, por enquanto, não há espaço para aumento salarial de **servidores públicos** neste ano. Mas ela afirma que o governo ainda abrirá mais 9 mil a 10 mil vagas para concurso até 2026, além das 9 mil já autorizadas.

O número de imóveis da União que devem ser transferidos para moradias e outros fins pode ser ampliado?

Mais 500 estão em análise, chegando a mil no total. Mil é o piso. Agora, com o programa na rua, a demanda vai aumentar. Na Rede Ferroviária, por exemplo, tem muita coisa. A Leopoldina (transferida para a Prefeitura do Rio) é bem emblemática. A Rede Ferroviária está parada há muito tempo. Também tem galpões do Instituto Brasileiro do Café, alguns já sendo utilizados e outros não. Eles têm potencial enorme de armazenamento ou para outros usos.

O governo anterior pretendia criar um fundo de investimentos com lastro em parte da carteira de imóveis da União. Essa ideia foi abandonada?

Não está abandonada. Estamos pensando em soluções inovadoras financeiras, não necessariamente o fundo é a melhor delas, mas ele não está totalmente descartado. A Caixa e o BNDES são nossos parceiros para pensar em soluções. Eu estou estruturando uma assessoria econômica da SPU, porque isso não é o forte dela hoje. O objetivo é pensar soluções

financeiras inovadoras. Pode ter venda, mas a prioridade de alienação é por permuta, ou seja, (troca) por construção.

Haverá um novo Concurso Nacional Unificado?

Provavelmente vai ser entre 2025 e 2026, tendo vagas suficientes para isso.

Quantas novas vagas para concurso serão abertas?

No ano passado, autorizamos 9 mil vagas, exceto educação e militares, que têm regras próprias. E expectativa de, pelo menos, dobrar o número de vagas autorizadas, criar mais 9 mil ou até 10 mil até 2026, tanto em novos concursos quanto chamando excedentes de concursos já autorizados. Entre 18 mil e 20 mil é um número razoável de novas contratações. Estamos trabalhando, olhando o espaço orçamentário.

O governo vai manter a proposta de não dar reajuste para servidores neste ano?

O impacto cheio dos 9% de reajuste do ano passado, com pagamento a partir de junho de 2023, está ocorrendo neste ano. Consome um espaço no Orçamento de mais de R\$ 4 bilhões. Temos um orçamento da ampliação da folha de quase R\$ 7 bilhões. Se a gente fosse dar um aumento linear, o percentual seria pequeno e beneficiaria quem ganha mais. Então optamos por direcionar para os benefícios, principalmente o auxílio-alimentação, que acaba beneficiando quem ganha menos. Porém, a partir de maio, se estiver confirmado excesso de arrecadação, parte disso seria para os servidores.

E para os próximos anos?

Conseguimos com os ministérios da Fazenda e do Planejamento que os servidores civis tivessem 18% (de aumento no salário) ao longo dos quatro anos. Além dos 9% já anunciados, mais 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026. Com isso, terão os mesmos 18% que o Legislativo e o Judiciário tiveram, parcelado em três anos. Por enquanto, é o espaço fiscal que a gente tem.

Quais são as propostas de reforma administrativa do governo para evitar que seja votado o projeto da gestão Bolsonaro na Câmara?

Temos outros projetos prioritários de transformação do Estado que vão, de fato, melhorar a capacidade de fazer entregas para a população. Temos propostas nas áreas de pessoal, transformação digital e organizações e processos.

O que pode mudar?

Estamos discutindo algumas coisas, por exemplo, as estatais dependentes. A Embrapa é um típico caso de financiamento de pesquisa pelo setor público, que, por sua vez, não recebe os benefícios daquilo. A ideia é ter uma figura que não seja exatamente uma autarquia nem seja uma estatal dependente. Criar um novo modelo, que dê mais agilidade para fazer inovação e mais flexibilidade na execução do seu orçamento.

Haverá mudanças nas carreiras dos servidores?

Estamos alongando as carreiras (mais tempo para aumentos automáticos), segurando mais o início (salário inicial) e colocando mais tempo para chegar ao topo (salarial), porque realmente temos esse diagnóstico de que muitas vezes a progressão é acelerada, considerando apenas o tempo de serviço não outros critérios.

A reforma prevê avaliação de servidores?

Hoje não existe uma métrica para analisar isso. O Programa de Gestão e Desempenho (que troca a marcação de ponto por realização de tarefas) está sendo nosso laboratório. Cada servidor, individualmente, tem um plano de trabalho, que está associado às entregas da unidade dele. Tendo isso, se enxerga como cada servidor contribui para a execução de uma política pública. E isso vai ser base para uma proposta de avaliação de desempenho mais estruturada, via projeto de lei.

É possível avançar no projeto para evitar supersalários no serviço público?

Essa discussão é dos Três Poderes, para que a gente possa chegar em um desenho que não seja unilateral.

Quanto é possível economizar?

Depende muito do texto final, não temos a base perfeita para fazer a análise. Não é uma conversa fácil de começar. Mas também não vejo uma resistência, em princípio. Espaço para conversa sempre existe.

O que o ministério está fazendo para avançar em corte de gastos?

O arcabouço fiscal brasileiro tem um limite de gasto,

que é relativamente baixo, porque não acompanha toda a arrecadação. E o que está sendo feito é melhorar a qualidade do gasto. Estamos fazendo um trabalho, na nossa visão essencial, que é o dimensionamento da força de trabalho. A transformação digital reduz, muitas vezes, a necessidade de servidores. Vão continuar entrando novos servidores, mas em uma dimensão inferior ao que já foi no passado. Estamos fazendo um bom dimensionamento da folha, associado à transformação digital, para que se possa reduzir custos e melhorar qualidade e capacidade de entrega.

Qual o foco da digitalização?

Na Previdência, tem uma coisa grande em relação ao Atestmed (análise documental digital para solicitar auxílio-doença) e da telemedicina para perícia. E uma coisa que vai ter um ganho gigantesco é a nova carteira de identidade nacional, com potencial enorme de diminuir fraudes e pagamento indevido de benefícios.

"Temos expectativa de, pelo menos, dobrar o número de vagas autorizadas, criar mais 9 mil ou até 10 mil até 2026, tanto em novos concursos quanto chamando excedentes de concursos já autorizados. Entre 18 mil e 20 mil é um número razoável de novas contratações"

"Estamos alongando as carreiras, segurando o início e colocando mais tempo para chegar ao topo"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Equalizar tributação, desafio para ZFM

RAPHAEL PATI* **Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi*

Depois de ter os benefícios fiscais sob risco na **Reforma Tributária**, a Zona Franca de Manaus (ZFM) tem tudo para continuar sendo o maior polo de desenvolvimento da Região Norte, cujo principal motor é a incidência diferenciada de **impostos**. A ideia é que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) não afetem a competitividade dos produtos lá produzidos.

Na semana passada, em um debate promovido pelo Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), foi apresentado um modelo proposto pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCif) para a regulamentação dos artigos da reforma relativos à ZFM. Para Nelson Machado, diretor da entidade, alguns princípios foram levados em conta para a elaboração do modelo e que serão apresentados aos grupos de trabalhos que buscam o equilíbrio entre a contribuição do polo para o bolo tributário nacional e a manutenção da competitividade dos produtos por meio de incidência diferenciada. Desse planejamento consta, sobretudo, uma equivalência nos incentivos fiscais.

Para Jeanete Portela, que conduz a Comissão de **Tributos** do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), as discussões estão bem encaminhadas. Sobretudo porque é ponto pacífico a necessidade de se manter o diferenciamento tributário que justifique a existência da ZFM. "O que vai sair dos grupos temáticos são apenas as propostas. Isso ainda vai para o Congresso, vai para discussão", observou.

Uma das propostas apresentadas nos grupos de trabalho, de autoria do CiCF, sugere a manutenção do IPI nos níveis atuais para os produtos industrializados na ZFM, além do uso de crédito presumido para o CBS e o IBS. No caso da Contribuição sobre Bens e Serviços, a ideia é manter um nível equivalente ao PIS/Cofins. Já em relação ao Imposto sobre Bens e Serviços, pretende-se que seja mantido em patamar semelhante ao do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo Bernard Appy, secretário especial do Ministério da Fazenda para a **Reforma Tributária**, três novas leis estão sendo elaboradas para serem levadas à Câmara dos Deputados. Uma dessas leis trata da regulamentação da Zona Franca e prevê a criação do Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, que será definido por uma lei

complementar e que contará com recursos da União.

Para Márcio Holland, o professor na FGV/EESP, a criação do fundo é um passo importante para o desenvolvimento da região, mesmo que faltem planos mais bem definidos para o aperfeiçoamento da bioeconomia. "Há recursos, mas não há estratégias, nem governança. A Amazônia pode ser o grande modelo de desenvolvimento baseado em produtividade sustentável", observou no evento do Cieam.

Prudência com o superávit - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

O governo teve um superávit de R\$ 79,3 bilhões em janeiro, R\$ 12 bilhões acima do que a Secretaria do Tesouro Nacional esperava. É um bom resultado, uma notícia positiva para um governo que acumula um déficit substancial e tem de cumprir as regras do arcabouço fiscal este ano. Portanto, não é hora de gastar; e, sim, de procurar cortar despesas e manter a prudência.

O resultado de um mês nas contas públicas deve ser tomado com cautela. É cedo para dizer o que, efetivamente, levou ao aumento da receita, se é um fator estrutural, uma mudança na economia, ou fatores pontuais, como a tributação de fundos exclusivos. O que se sabe é que a receita cresceu 3,7% em comparação com a do mesmo mês do ano passado.

Mas as despesas cresceram quase o dobro, 6,8%, mesmo descontada a **inflação** no período.

Essa foi a razão que levou ao teto de gastos, em 2016: o crescimento das despesas estar acima das receitas. Foi assim entre 1991 e a efetivação do teto. Essa expansão é o verdadeiro perigo para a economia brasileira. Não adianta o País aumentar a receita se as despesas crescem ainda mais.

Ao longo do tempo, a conta não fecha e vem a crise, como aconteceu em 2015.

O cenário atual é delicado.

Em 12 meses, o governo acumula um déficit de R\$ 235 bilhões, por isso o superávit de janeiro deve ser relativizado. É preciso também cuidado com o futuro próximo. Estamos vendo todos os dias o governo ser pressionado pelo Congresso para liberar recursos para emendas parlamentares, o que é legítimo e constitucional, mas perigoso. Há um certo exagero.

O governo vetou R\$ 5,6 bilhões em gastos com emendas, mas gastará R\$ 47 bilhões - ou seja, os parlamentares deixaram de ser atendidos em uma pequena parte.

As pressões estariam insuportáveis se o Ministério da Fazenda não se mantivesse firme na busca do déficit zero neste ano, apesar da desconfiança do mercado e

do trabalho dos políticos. O compromisso com o déficit zero é um sinal de empenho da Fazenda, o que dá um sinal positivo ao mercado e freia o ímpeto do Congresso e da máquina pública pelo gasto.

Neste momento em que governo e Congresso discutem a regulamentação das alíquotas na **reforma tributária**, é preciso ter em mente que é mais valioso cortar mais despesas e taxar menos do que estabelecer alíquotas menores para um setor e aumentar a carga para todos.

Uma máquina pública que consome menos libera mais recursos para serem gastos em setores mais necessitados, como o social. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

PIB de 2023 mostra desafios ao crescimento sustentado (Editorial)

O crescimento da economia brasileira em 2023 ficou em 2,9%, superando com folga o 0,8% projetado no fim de 2022. Pelo segundo ano seguido, o Produto Interno Bruto (**PIB**) registrou uma expansão por volta de 3%, número que está longe de ser exuberante, mas é razoável para os padrões brasileiros de 2014 para cá. O resultado pode ser visto como positivo, mas uma análise mais detalhada dos números evidencia os desafios que o país ainda tem para crescer a taxas mais altas de modo sustentado. O investimento, em especial, continua fraco, e a atividade econômica ficou estagnada no segundo semestre.

Ao analisar os componentes da demanda doméstica, o crescimento veio em grande parte do consumo das famílias, que avançou 3,1% em 2023, e do consumo do governo, com alta de 1,7%. A força do mercado de trabalho, as transferências de renda e a queda da **inflação** alimentaram o poder de consumo das famílias. Mas o investimento, fundamental para garantir a expansão da economia a um ritmo mais forte e duradouro, caiu 3%. Sem que se invista mais, o crescimento cedo ou tarde esbarrará em gargalos na produção, que tendem a se traduzir em pressões inflacionárias.

Os juros elevados desestimulam o setor privado a investir, o que ajuda a explicar o desempenho ruim de 2023. Com a Selic em queda, porém, é provável que mais empresas desengavetem projetos para modernizar e ampliar a capacidade de produção. No entanto, os economistas ainda não acreditam numa retomada firme do investimento em 2024 - o Bradesco projeta queda de 1%, enquanto a MB Associados estima alta de 0,6%.

Incertezas sobre o ambiente de negócios atrapalham o investimento no Brasil, e tentativas do governo de interferir na sucessão do comando da Vale são um exemplo do que pode abalar a confiança do setor privado no país. A aprovação da **reforma tributária**, em compensação, vai na direção contrária, e pode dar mais segurança ao investimento de longo prazo no Brasil, por simplificar e corrigir distorções do sistema de **impostos**, um dos grandes entraves ao crescimento nas últimas décadas.

Pelo lado da demanda, o setor externo teve um peso expressivo no crescimento em 2023, respondendo por quase 60%. As exportações avançaram 9,1% no ano

passado, puxadas especialmente pelas vendas de soja, petróleo e minério, enquanto as importações recuaram 1,2%. Para 2024, as projeções apontam um bom desempenho das vendas ao exterior, o que tende a levar o setor externo a ter nova contribuição positiva para o **PIB**.

Do lado da oferta, 2023 contou com o resultado excepcional da agropecuária, que cresceu 15,1%. O país teve uma safra recorde e houve o aumento do volume exportado de produtos como a soja. Além disso, há o efeito do agro sobre outros setores da economia. Em 2024, porém, a agropecuária não terá o mesmo desempenho - o Bradesco, por exemplo, projeta estabilidade para o setor.

Outro segmento de commodities teve contribuição expressiva para o crescimento do ano passado - o da indústria extrativa. O setor fechou 2023 em alta de 8,7%, com o bom desempenho da produção de petróleo e minério de ferro. Mesmo assim, a indústria no **PIB** teve alta de apenas 1,6% no ano passado, puxada para baixo pelo segmento de transformação, que encolheu 1,3%, e pela construção civil, com recuo de 0,5%. O setor de serviços, por fim, cresceu 2,4% em 2023, número que pode se repetir em 2024, na visão da MB, que projeta crescimento de 2% para o **PIB** neste ano.

Os números do quarto trimestre mostraram uma economia parada, repetindo o desempenho do terceiro, com estabilidade em relação aos três meses anteriores. O consumo das famílias e o investimento surpreenderam. O primeiro recuou 0,2%, enquanto as projeções apontavam alta de 0,3%, e o segundo aumentou 0,9%, após quatro trimestres em queda - a estimativa era de baixa de 0,1%. A dúvida é se a alta do investimento é pontual ou se será o início de um processo de recuperação mais consistente. A queda dos juros, como já foi dito, pode dar algum gás a esse processo, que também depende da redução de incertezas em várias frentes - em relação às contas públicas, ao ambiente de negócios, à segurança jurídica, fatores que dependem em boa parte do governo.

A taxa de investimento terminou 2023 em 16,5% do **PIB**, abaixo dos 17,8% do **PIB** de 2022. É um número baixo, bastante inferior ao de outros emergentes. Segundo estimativas do Fundo Monetário

Internacional (FMI) para 2023, essa taxa foi de 23,4% no Chile, 24,1% no México, 31,7% na Índia e 42,5% na China.

Para 2024, os juros mais baixos devem ajudar também o consumo das famílias, ao baratear o crédito. Estimulada também pelo mercado de trabalho ainda firme e pelas transferências de renda, a demanda privada deve ser o principal impulso à atividade em 2024, ajudando o **PIB** a crescer 2% ou um pouco menos. Não é com a expansão do consumo das famílias, porém, que o Brasil vai conseguir crescer a taxas mais altas de modo sustentado. Sem mais investimento e sem uma agenda para aumentar a produtividade, o crescimento potencial (aquele que não causa pressões inflacionárias) se manterá medíocre.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1§ion=1)**

Taxação de super-ricos pode render US\$ 250 bi por ano

RAFAELAGONÇALVES

A taxação global dos super-ricos, principal bandeira erguida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no âmbito do G20, poderia gerar US\$ 250 bilhões em receitas por ano. Os cálculos do economista francês Gabriel Zucman, diretor do European Tax Observatory, consideram uma alíquota mínima anual de 2% sobre o patrimônio, que atingiria cerca de 3 mil pessoas em todo o mundo.

A discussão é inicial, ainda será necessária uma definição sobre o desenho exato da proposta que deve ser feita de forma democrática a partir do debate entre os países que compõem o grupo, formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia.

Zucman explicou ainda que o modelo de tributação poderia levar em conta os **impostos** gerais pagos pelos bilionários e que seria uma espécie de "piso tributário". Caso um indivíduo, no cômputo geral, pagasse menos de 2% de sua riqueza total em imposto de renda, por exemplo, ele teria que pagar um imposto adicional para atingir essa porcentagem mínima.

Para que a proposta avance, existem alguns percalços. Um acordo firmado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), chamado Imposto Mínimo Global (GMT), prevê dois pilares: o primeiro visa distribuir os direitos de tributação sobre os lucros das multinacionais entre os países, e o segundo estabelece uma tributação mínima para essas empresas globais. A ideia de Haddad é completar essa trilha com um terceiro pilar para pessoas físicas.

Para o coordenador do curso de relações internacionais do Ibmeq, José Niemeyer, o que foi apresentado por Haddad se assemelha mais a um protocolo de intenções e fazer com que essa tributação chegue a pessoas físicas deve ser mais difícil. "Não é algo original, já existiam propostas nesse sentido. Chegamos a um nível de desigualdade entre os super-ricos e a grande população deste planeta tão alarmante, do ponto de vista de acesso à renda, emprego e benefícios sociais, que é importante começarmos a pensar em maneiras de amenizar esse fosso", disse.

O Brasil reconhece que há diferentes visões no G20 sobre a taxação de bilionários e nem todos os países do grupo apoiam a criação de **impostos** para super-ricos. O próprio autor dos estudos, Gabriel Zucman, disse ser "utópico" pensar que existiria um acordo consensual total sobre o tema no mundo. Mas, de acordo com a Fazenda, países europeus já se alinharam com Haddad nesse sentido.

entraves

, " A discussão que estava caminhando anteriormente na OCDE inclui para onde iria o dinheiro arrecadado. Esse é apenas um dos pontos que precisam ser definidos antes da nova colocação sugerida pelo ministro brasileiro. Apesar dos possíveis entraves, Niemeyer acredita que o tema ganhará projeção. "Haddad tem sido alguém que todos ouvem muito em relação à economia e tem aparecido, às vezes, muito mais do que o próprio presidente", avaliou.

Menos de 8% da arrecadação dos países do G20 vêm da taxação da riqueza, enquanto mais de 32% vêm do consumo, segundo estudo da organização não governamental Oxfam. A situação beneficia os mais ricos e prejudica as camadas mais pobres da população, já que famílias de menor renda costumam destinar proporcionalmente fatias maiores de seus orçamentos para o consumo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/03/2024/p1>

Reunião da OMC termina sem acordo em temas-chave

A conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a principal reunião de cúpula do órgão, realizada em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, terminou na madrugada deste sábado sem que os países chegassem a acordos nos principais temas em debate, como subsídios à pesca e à agricultura, em mais um sinal de turbulência na entidade multilateral.

O único acordo relevante foi sobre a continuidade da pausa na cobrança de **impostos** sobre transferências digitais no comércio eletrônico. Sobre essa questão, os países decidiram estender a moratória até a próxima reunião bienal. África do Sul e Índia eram contra o acordo.

Diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala disse que a cúpula ocorreu "em um cenário internacional marcado por mais incertezas do que em qualquer outro momento".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Os sinais de regressão - FERNANDO GABEIRA

FERNANDO GABEIRA

No fim deste mês, lembraremos os 60 anos da ditadura militar. O tempo passou velozmente. Ainda terei a chance de recordar aqueles anos em que a ideia de resistência iluminava nossos olhos e eletrizava nossos corpos jovens.

Quem diria que comecei a semana escrevendo sobre os problemas de um país polarizado? Usei um verso de Yeats que fala da desolação da realidade para descrever o que restou de tanto som e fúria.

Na verdade, tenho de confessar que me preocupa algo ainda pior: a sensação de que, em alguns campos, corremos o perigo de regressão.

Como explicar a notícia de que o assassino de Chico Mendes dirigia o PL numa pequena cidade do Pará e se tornou candidato a vereador com o nome de Pastor Daniel?

Ainda me lembro daquela véspera de Natal quando viajei às pressas para o Acre e, já no Aeroporto de Rio Branco, enfrentava a hostilidade de fazendeiros, que nos cercaram, raivosos, a mim e a Roberto Smeraldi. Percebi como era forte a posição que sobrevive até hoje, uma espécie de ânsia de derrubar a floresta, matar seus defensores e expulsar os povos ancestrais de suas terras. Mais tarde em Anapu, no enterro de Dorothy Stang, confirmei essa sensação, reforçada recentemente com o assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira no Vale do Javari.

Nem é preciso o drama dessas mortes. Basta viajar pela Amazônia e sentir na atmosfera a hostilidade às vezes colorida por bandeiras do Brasil nas janelas e porteiros. Na Amazônia há sempre o perigo de voltarmos atrás, ao momento anterior ao sacrifício de Chico Mendes. Mas a ideia de regressão se estende a Brasília.

É só examinar os temas discutidos na semana. Em primeiro lugar, uma isenção ampliada de **impostos** para igrejas. No momento em que há grande esforço para arrecadar, as igrejas deixarão de pagar **impostos** por bens e serviços, assim como as entidades de caridade ligadas a ela. Inexplicável uma decisão desse tipo num país não dirigido por uma teocracia. Religiosos são influentes também nos Estados Unidos,

onde têm igualmente grande peso eleitoral. No entanto os Estados Unidos cobram **impostos** e às vezes usam o próprio Fisco para punir charlatões religiosos.

Como se não bastasse tudo isso, deputados preparam uma lei para blindar congressistas não só da presença da PF em seus gabinetes, mas também das próprias investigações. Em seu delírio, querem que todo procedimento policial contra eles só evolua se ganhar permissão do próprio Congresso. Em síntese, querem criar um cercadinho onde a lei não entra, exceto com sua autorização. Seria uma jabuticaba de grande repercussão internacional.

Por falar na fruta, na mesma semana o STF autorizou a revisão dos processos de leniência assinados por empresas acusadas de corrupção. Não querem pagar as multas determinadas no acordo. Tudo bem, exceto pelo fato de o STF rever os acordos por iniciativa de partidos de esquerda. O único país do mundo em que partidos de esquerda se preocupam com o caixa de empresas corruptas, mesmo sabendo que parte do dinheiro é destinado a fundos de pensão.

Usei o verso de Yeats num artigo porque ele deve se referir à desolação da realidade quando declinam as religiões e também suas expressões seculares, como as doutrinas políticas de salvação do mundo.

No tempo da ditadura, acreditávamos numa revolução que mudaria completamente tudo, da produção aos costumes. Éramos a expressão enviesada do cristianismo, acreditávamos num paraíso na Terra com o fim da exploração do homem pelo homem. Primeiro, caíram as religiões; depois, suas traduções políticas.

Mas tudo isso é um balanço bem mais delicado por fazer. Na realidade, transitamos para um país polarizado onde nunca estaremos a salvo de uma regressão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Investir lá fora deixa de ser um privilégio para poucos

MARÍLIA ALMEIDA *economia@oglobo.com.br*

A inteligência artificial e os novos ETFs (fundos de índice) de Bitcoin são alguns dos fatores que têm chamado a atenção dos investidores para o exterior - algo que não está mais restrito a quem tem patrimônio na casa dos milhões. Atualmente, é possível ter uma conta internacional e investir em ações, ADRs (papéis de empresas brasileiras negociados no exterior), ETFs e fundos imobiliários americanos (os chamados REITs) a partir de R\$ 500.

Nos últimos seis meses, o interesse dos investidores foi puxado pela alta dos índices acionários americanos, que chegaram a valorizar 43% no ano passado e continuam subindo, sustentados pelas empresas de inteligência artificial (IA).

- O investidor brasileiro está cada vez mais atento e ativo na diversificação de investimentos em moeda forte. O mercado americano é 48 vezes maior em valor que o nosso e tem sete vezes mais empresas listadas do que a B3. Lá ele acessa estratégias e temas que não encontra no nosso mercado - diz Diego Correia, gestor na área de investimentos internacionais da XP, que já tem 1 milhão de clientes com acesso à conta internacional de investimento.

DIGITALIZAÇÃO

Alexandre Artmann, chefe de operações da Avenue, que já tem 600 mil usuários, aponta a tecnologia como fator essencial para ampliar o acesso dos investidores ao mercado externo. Antes, lembra, era preciso até ir aos Estados Unidos para abrir uma conta. Com transferências instantâneas e digitalização de documentos, hoje uma conta internacional pode ser aberta em minutos, de qualquer lugar do mundo.

As contas de investimento internacional são oferecidas por plataformas como Avenue, BTG, C6, Nomad e XP, entre outras. Basta ser maior de idade, apresentar documentos pessoais e fazer um cadastro digital.

Apesar de as corretoras anunciarem que é possível investir a partir de US\$ 1, geralmente é necessário um valor mínimo para realizar a remessa de câmbio, que parte de US\$ 100. Ou seja, com a atual cotação, é necessário ter cerca de R\$ 500 para conseguir concluir a operação, sem contar as taxas.

E preciso ter em mente que, de modo geral, há custos embutidos, como os da remessa de câmbio e de corretagem e a taxa de transferência de custódia. Na remessa de câmbio é cobrado o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de 0,38%, e em caso de lucro na operação, deve-se declarar no Imposto de Renda (veja ao lado).

ATENÇÃO AO MÍNIMO

Sobre a cotação do dólar no dia incidirá uma taxa, que é a diferença entre o valor do dólar adquirido pela corretora no Banco Central e o cobrado do cliente. O chamado spread de câmbio varia entre 1% e 2,25% nas cinco plataformas citadas.

Pode incidir ainda sobre a operação, caso seja relacionada a ativos negociados em Bolsa de Valores, uma taxa de corretagem, que varia de US\$ 2,50 a US\$ 7,50, dependendo do valor do investimento. Quanto maior for a operação, maior será a taxa.

O dólar a R\$ 5, no entanto, ainda é um entrave para muitos. Afinal, para investir em fundos e títulos do Tesouro americano, por exemplo, há um valor mínimo de US\$ 1 mil, ou seja, quase R\$ 5 mil - e sem o IOF. Mas já foi bem pior: o valor mínimo para investir em fundos chegava a US\$ 20 mil, o equivalente a R\$ 100 mil hoje.

Veja as principais taxas cobradas

Abertura de conta: As principais corretoras não costumam cobrar taxas de abertura. Mas algumas podem cobrar taxa de manutenção para quem tem maior patrimônio, cobrar anuidade ou exigir patrimônio mínimo.

Taxa de câmbio: A taxa para enviar dinheiro e retirar dinheiro da conta varia de 1% a 2.25%, mais IOF de 0.38%. Pode ser exigido um valor mínimo de US\$100 a US\$200.

Custo de corretagem: O valor cobrado por operação varia de US\$ 1 a US\$8.60 por ordem, conforme o volume negociado. Algumas contas não cobram taxa, enquanto outras somente cobram após o cliente exceder um número de operações por mês.

Aplicação mínima: Para investir em ações, ETFs ou REITs, o valor mínimo varia entre US\$ 1 e US\$20. Em títulos do Tesouro americano, varia entre US\$1 mil e US\$5 mil; para fundos, parte de US\$1 mil.

Portabilidade: Se o cliente quiser levar o investimento para outra instituição financeira, é cobrada uma taxa entre US\$25 a US\$115.

Impostos: Em caso de lucro nas operações, incide alíquota de 15% de IR. Em caso de falecimento, os herdeiros terão de pagar imposto sobre aplicações negociadas em Bolsa acima de US\$60mil. Atribuição é progressiva, e começa em 18%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O peso do agro e da indústria extrativa no crescimento - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

O crescimento da economia brasileira em 2023, de 2,9%, refletiu especialmente a força dos setores de commodities pelo lado da oferta. A agropecuária avançou 15,1%, alta concentrada no primeiro trimestre, enquanto a indústria extrativa, em que se destacam petróleo, gás e minério de ferro, aumentou 8,7%. Nas contas dos economistas Bráulio Borges e Rodrigo Nishida, da LCA Consultores, os dois segmentos responderam diretamente por 1,3 ponto percentual da expansão do **PIB** de 2,9%, o equivalente a quase 45%. Neste ano, o desempenho desses setores deverá ser mais fraco. Com isso, o impulso ao crescimento terá de vir de outras áreas da economia.

Ao comentar os números do **PIB** de 2023, Borges e Nishida destacam também o impacto indireto do resultado expressivo desses dois segmentos, que beneficiam setores como a agroindústria e os transportes. O agronegócio, por exemplo, tem peso de quase 25% no **PIB**, considerando a agropecuária, o setor de insumos, a agroindústria e os agrosserviços, numa estimativa para 2022 feita pelo Centro de Estudos Avançados em Economia

Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Os economistas da LCA dizem que há uma forte correlação entre a renda real (descontada a **inflação**) gerada pelos setores de commodities e as oscilações do **PIB**. Eles calculam a renda da agropecuária e da indústria extrativa com base no valor adicionado (uma variável próxima do **PIB**, que exclui **impostos** e subsídios), em valores atualizados até o quarto trimestre de 2023. No ano passado, ela ficou em R\$ 1,13 trilhão, e vem oscilando acima de R\$ 1 trilhão desde o primeiro trimestre de 2021 no acumulado em quatro trimestres.

O salto da agropecuária no ano passado foi o maior da série histórica das contas nacionais do IBGE iniciada em 1995, impulsionado principalmente pelas "altas excepcionais" da safra de soja, com expansão de 27,1%, e do milho, com aumento de 19%, escrevem

os economistas da LCA. Já a indústria extrativa "contou com o crescimento da extração de petróleo e gás natural, que atingiu novo recorde em 2023, e da extração e pelotização de minério de ferro", afirmam eles.

Pelo lado da demanda, o bom desempenho dos setores de commodities aparece especialmente nas exportações, que cresceram 9,1% em 2023, enquanto as importações recuaram 1,2%. As vendas ao exterior de produtos como soja, petróleo e minério de ferro garantiram um saldo comercial de US\$ 98,8 bilhões no ano passado, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Borges e Nishida calculam o saldo comercial como proporção do **PIB** com base nos números das contas nacionais, considerando exportações e importações de bens e também de serviços. Em 2023, o número foi equivalente a 237% do **PIB**, o maior no acumulado em quatro trimestres desde os 2,45% do **PIB** do primeiro trimestre de 2007.

Em 2024, porém, os segmentos de commodities não devem repetir o desempenho de 2023. "O impacto desses dois setores deve ser da ordem de 10% do crescimento esperado de 2%", avalia o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale. "Ou seja, as commodities saem de cena em impacto na economia este ano e, por isso, será difícil repetir os quase 3% do ano passado", escreve ele, que projeta para 2024 recuo de 0,8% da agropecuária e avanço de 7,8% para a indústria extrativa. Em 2023, o primeiro setor teve uma participação direta 7,1% na economia, enquanto o segmento extrativo ficou com uma fatia de 4,2%, com base no valor adicionado.

Borges e Nishida enfatizam que a agropecuária, "grande destaque de 2023, deve ter um ano bem menos brilhante", vendo um cenário mais positivo para a indústria extrativa, "diante da continuidade do crescimento da extração de petróleo e gás natural, mesmo que a uma taxa menor".

Um maior dinamismo da economia neste ano poderá vir dos estímulos da Selic mais baixa. Com juros menores, as empresas tendem a investir mais, embora a expectativa dos analistas seja de um desempenho ainda fraco da formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em máquinas e

equipamentos, construção civil e inovação). Deverá ser melhor que o de 2023, quando recuou 3%, mas próximo à estabilidade. Os juros menores vão baratear o crédito, dando algum impulso ao consumo das famílias, que ainda vai contar com o mercado de trabalho forte e as transferências de renda via Bolsa Família. O setor externo, por sua vez, deverá dar nova contribuição positiva para o **PIB**, com as exportações crescendo acima das importações. Do lado da oferta, os serviços tendem a liderar o **PIB**, crescendo 2,4% nas previsões de Vale, mais que a alta de 2% da indústria geral e a queda de 0,8% da agropecuária.

Em 2024, um crescimento de 2% ou um pouco menos é visto como o mais provável. Os economistas, porém, subestimaram a expansão do **PIB** nos últimos três anos, o que sugere cautela quanto às projeções. Um caminho pai a um número mais forte seria um avanço maior do investimento, por exemplo. É algo importante não apenas para 2024, mas para assegurar que o Brasil consiga crescer a taxas mais elevadas de modo sustentado.

Affonso Celso Pastore estaria sem dúvida discutindo animadamente o resultado do **PIB**. O ex-presidente do Banco Central (BC), que morreu em 21 de fevereiro, já faz uma falta enorme. Além do rigor em seus estudos e análises, Pastore tinha como uma de suas marcas a paixão ao discutir não apenas a economia brasileira, mas assuntos como política, economia internacional e o São Paulo, o seu time do coração. Em entrevistas, almoços, eventos no Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP) ou conversas por e-mail, Pastore sempre debatia com entusiasmo e inteligência. A sua partida é uma imensa perda para o país.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1§ion=1>

Taxar ricos pode fundonar mesmo sem consenso, diz Zucman

Marcelo Osakabe

Um imposto global sobre os bilionários pode ser efetivo mesmo que não exista consenso global sobre o tema. Essa é a aposta do economista francês Gabriel Zucman, diretor do Observatório Fiscal da União Europeia, para quem mesmo a ausência dos Estados Unidos, país que abriga perto de um terço dos cerca de 2,7 mil bilionários do mundo, não impede que o novo tributo seja eficiente.

Convidado pelo governo brasileiro para apresentar sua proposta de taxar as grandes fortunas globais em 2% aos ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G20, na semana passada, Zucman estima que a medida pode render US\$ 250 bilhões por ano, metade do que se estima que as nações desenvolvidas precisarão para enfrentar mudanças climáticas.

A proposta chega ao G20 em um momento em que os "dois pilares" propostos pela OCDE para combater a evasão tributária global, que envolvem o imposto corporativo mínimo sobre multinacionais de 15% e o imposto sobre serviços e produtos digitais, sofrem revezes e questionamentos. O economista não vê perigo em sobrepor as agendas e argumenta não ser necessário que a grande maioria adote o imposto para que ele seja efetivo. "Basta que um número suficiente de países implemente a regra, e acredito que já chegamos a ele", diz, em entrevista ao Valor.

Aos 37 anos, o francês se firmou como uma das vozes que advogam contra a crescente concentração de riqueza global - em sua avaliação, um dos fatores por trás não apenas de crises econômicas, mas também do enfraquecimento dos regimes democráticos. Protegido de Thomas Piketty, com quem colaborou em alguns trabalhos, inclusive o famoso "O Capital no Século XXI", ele também ganhou fama por usar uma vasta gama de dados, incluindo vazamentos como os "Panama Papers", para elucidar os caminhos pelos quais grandes corporações transnacionais e bilionários se esquivam dos fiscos.

Com dados, ele mostra, por exemplo, que a adoção de mecanismos de compartilhamento automático de informações bancárias entre países reduziu a evasão tributária de grandes em empresas a um terço do que era dez anos atrás. Apesar disso, a perda de receita

tributária devido a essas práticas apenas deixou de crescer, estagnando em cerca de 10% do total declarado em imposto corporativo no mundo todo.

Sobre os 2.756 bilionários encontrados em sua pesquisa - dos quais 105 habitam a América Latina -, Zucman mostrou que o planejamento tributário permite que a imposto efetivo pago por essa elite caia a uma faixa entre zero e 0,5%. É sobre esse grupo que o imposto global pretende cair, ao menos num primeiro momento, diz.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Como foi a abordagem do governo brasileiro para que participasse do G20?

Gabriel Zucman: Ao assumir a presidência do G20, o Brasil queria tornar a desigualdade e a progressividade fiscal prioridades na agenda. Nos contactaram para saber se estaríamos interessados em trabalhar em conjunto para avançar com ideias ambiciosas, olhando o futuro da cooperação tributária internacional e a luta comum contra a desigualdade.

Valor: Depois dessa apresentação, continuarão a trabalhar juntos?

Zucman: Sim. A presidência do G20 nos encarregou de elaborar um relatório sobre aspectos práticos de imposto mínimo coordenado sobre super-ricos, bem como resumir estudos existentes e simular diferentes planos possíveis para esse tributo. Vamos começar a trabalhar nesse relatório imediatamente e a ideia é entregar o resultado nos próximos meses, durante a chefia do Brasil no G20.

Valor: Como foi a aceitação da proposta no encontro?

Zucman: Duas coisas me chamaram a atenção. Uma é o número de países - alguns muito importantes - que disseram apoiar fortemente a proposta, como Brasil e França. A [secretária do Tesouro dos EUA, Janet] Yellen afirmou que

existe algo parecido, embora não tenha sido aprovado. A segunda é que muitos outros países expressaram apoio à proposta de criar novos acordos internacionais focados na questão da progressividade fiscal, tributação ricos e combate à desigualdade. O

Brasil foi especialmente elogiado por colocar essas questões na agenda do G20. É preciso deixar claro também que as discussões estão em um estágio muito inicial, começaram, literalmente, esta semana [passada], Há necessidade de uma discussão internacional inclusiva, para aprofundar detalhes.

Valor: Por que 2%?

Zucman: Decidimos por propor 2% apenas para ter um ponto de partida para o debate. Ele pode ser considerado baixo, já que muitos países cobram mais de seus ricos.

Ao mesmo tempo, o fato é que o planejamento tributário faz com que a carga efetiva seja menor em muitos casos. Por isso, uma taxa de 2% já faria diferença se levarmos em consideração a regressividade efetiva dos nossos sistemas tributários atuais. Com 2%, você pode compensar muito ou, em alguns países, toda essa regressividade. Claro, não é suficiente para tornar o sistema tributário global progressivo. Mas isto também é algo a debater. Existem bons argumentos para adotar taxas mais altas.

Valor: Que outros aspectos importantes precisam ser definidos?

Zucman: O destino das receitas é algo em aberto. É preciso uma necessidade discussão internacional e inclusiva. Basicamente, há duas maneiras de abordar isso. Uma é pensar que uma determinada pessoa que construiu uma enorme fortuna vivendo em um país por 60,70 anos, se beneficiou dos e serviços públicos desse país. Por isso, seria legítimo que ao menos parte dessa arrecadação fique nesse mesmo país. Outra linha argumenta que bilionários acumulam riqueza na forma de participações em empresas que tem negócios em todo o mundo, emitem carbono e contribuem para a mudança climática. Sob essa perspectiva, você pode favorecer uma distribuição muito mais ampla das receitas entre os países. Mesmo a barra sobre os cerca de 3 mil bilionários pode ser baixada. Em um primeiro estágio, é conveniente focar nesse grupo porque ele é pequeno e sua riqueza é relativamente fácil de mensurar.

Valor: Os dois pilares do tributo mínimo global estão sob forte desconfiança. Não existe risco de perder o foco e acabar prejudicando outras medidas em implementação?

Zucman: Houve um progresso importante nos últimos anos. O Pilar 2 está sendo implementado em cerca de 35 países neste ano e poderá alcançar muitos dos 140 países que assinaram o acordo da OCDE adiante. Talvez alguns deles não ratifiquem o acordo, como é o

caso dos EUA no momento. Mas isto não é problema. Você não precisa, necessariamente, de implementação global para o imposto mínimo. O texto do imposto contém um princípio muito importante, o de que países participantes terão direito de tributar multinacionais localizadas em nações que não ratificaram o acordo, para assegurar que a tributação alcance esses 15%. Basta que um número suficiente de países implemente a regra, e acredito que já chegamos a ele. A mesma lógica pode ser aplicada aos super-ricos.

Valor: Os mecanismos em implementação têm tido problemas também, como o fato de que empresas continuam migrando seus lucros para pagarem menos **impostos** e também de que estão sendo criados novas brechas, às vezes dentro da própria sistema tributário doméstico. Como combater essa tendência?

Zucman: O que acredito que está faltando é, na essência, uma debate mais aberto sobre essas políticas. São detalhes que vêm sendo discutidos em fóruns altamente técnicos, pouco inclusivos, e isso abriu as portas para brechas e isenções aparecerem. Mas é possível corrigir isso e vejo alguns caminhos. A alíquota de 15%, é claramente muito baixa. A maioria dos países tem alíquotas bastante baixas, mas é difícil argumentar porque empresas multinacionais deveriam ser autorizadas a pagar muito menos que firmas pequenas ou médias. Existe um problema com isenções concedidas, que muitas vezes fazem com que a taxa efetiva acabe menor que 15%. Outro problema diz respeito ao tratamento dos créditos tributários para a pesquisa e desenvolvimento. Algumas vezes isto não é entendido como redução da carga tributária, mesmo que economicamente seja algo equivalente.

Valor: Me parece que está advogando por uma espécie de governança global sobre o tema.

Zucman: Eu acredito, de fato, que é precisamos de novos acordos tributários em âmbito multilateral. A forma como a globalização foi regulada na década de 1980 simplesmente não funcionou. Muito se falou sobre mobilidade de capitais e de comércio, mas houve silêncio em relação ao tratamento ou a necessidade de progressividade tributária. E digo que não funcionou porque ajudou a fomentar a desigualdade global.

Valor: O retrocesso da globalização, uma fragmentação maior do mundo, não torna a implementação destas propostas mais difícil?

Zucman: Não acredito que este ambiente seja mais desafiador que no passado. O que realmente importa é ter vontade política de alguns países, uma "coalizão

de dispostos". A razão pela qual acredito que isto é possível é que existe uma demanda popular avassaladora por tais políticas praticamente em quase todos os países. No Brasil, nos Estados Unidos ou na França, se você perguntar se as pessoas acreditam que seus ricos pagam **impostos** o suficiente, a grande maioria dirá que não. Vejo apoio maciço nesta direção, e o fato de que não é preciso unanimidade joga nessa direção. Nem EUA nem China ratificaram o imposto mínimo sobre multinacionais, mas ainda assim ele está caminhando. Claro que a política pode interferir. O governo de Joe Biden é mais simpático à proposta. Se Trump ganhar, claramente isso mudará. Mas, novamente, a ausência dos EUA não é motivo para inação.

"Nem EUA nem China ratificaram o imposto mínimo sobre múltis, mas ele está caminhando"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1§ion=1)**

Estados precisam de novas leis para IPVA e iates

(Eduardo Cucolo/Folhapress)

Os Estados devem apresentar neste ano projetos para implementar mudanças nos **impostos** sobre propriedade previstas na **reforma tributária**. A alteração na Constituição feita em dezembro de 2023 autoriza governadores a instituírem a cobrança de IPVA sobre aeronaves e embarcações.

Também está prevista a possibilidade de criar alíquotas diferenciadas desse imposto em função do tipo, valor, utilização e impacto ambiental de qualquer veículo tributado, seja ele aéreo, aquático ou terrestre.

Uma terceira alteração que também depende dos Estados é a obrigatoriedade de tomar o imposto sobre doação e herança (ITCMD) progressivo, respeitado o teto de até 8% fixado em resolução do Senado. Atualmente, apenas alguns fazem o escalonamento de alíquotas por faixa de valor, como ocorre com o Imposto de Renda.

Nos três casos, é necessário que os governadores enviem às Assembleias legislativas projetos para definir como será a cobrança. Até o momento, nenhum deles fez isso.

As mudanças na cobrança desses **impostos** só podem entrar em vigor a partir de 2025, pois é necessário respeitar o princípio da anualidade - e também o prazo de 90 dias após a aprovação das futuras leis.

A participação desses dois **impostos** na arrecadação tributária dos Estados cresceu 32% nos últimos dois anos. Em 2023, o ITCMD arrecadou R\$ 15 bilhões, cerca de 2% da receita tributária dos Estados. O IPVA respondeu por quase 10% do total (R\$ 81 bilhões), segundo dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Um estudo de 2020 do Sindifisco Nacional (sindicato dos auditores da Receita) estimou um aumento de quase 10% na arrecadação do IPVA - quase 90% desse valor se refere a embarcações, e os outros 10% sobre aeronaves a jato, turboélice e helicópteros.

Considerando as eleições municipais em outubro, que afetam o ritmo de votação também nos legislativos estaduais, o mais provável é que as novas regras

sejam votadas no final do ano.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Uma simplificação complicadora (Artigo)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Professor emérito de universidades como Mackenzie, Unip e Unifio, doutor honoris causa da Universidade de Craiova (Romênia] e das PUCs RS e PR, presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP

Ao tratar do tema da **reforma tributária** promulgada, só tenho dúvidas. Inicialmente, uma observação se faz necessária: nós entendíamos que o nosso sistema tributário era excessivo no que diz respeito ao número de artigos contidos na Constituição. Para simplificar, aumentaram em três vezes o número de artigos para regular o sistema tributário. Creio que isso trará problemas de interpretação.

A CBS (Contribuição Social Sobre Bens e Serviços) é um dos novos **tributos** instituídos na promulgação da reforma. A CBS trata de uma das duas parcelas do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituirá os seguintes **tributos** federais: PIS, Cofins e IPI. Entrará em vigor em 2026.0 IBS (imposto sobre bens e serviços) terá incidência conforme aquilo que for agregado em cada etapa de bens e serviços e que incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos ou com serviços, em 2029, com regime jurídico idêntico. O Congresso Nacional, não Estados e municípios, definirá as leis complementares e o regime jurídico de cada tributo.

O sistema caótico que temos continuará vigente até 2033. Então, as empresas, para terem uma vida mais simplificada até 2033, se não houver prorrogação, deverão conciliar o sistema que consideram caótico com o novo. Vale dizer, vão ter que trabalhar duas vezes: com um velho sistema cheio de problemas e com um novo que elas desconhecem. Terão que aprender e o trabalho será, no mínimo, duplicado.

Assim, para simplificar, pelo menos até 2033, nós teremos um sistema mais complicado, composto pelo antigo caótico e pelo novo desconhecido.

Já a federação acabou. Ora, o que caracteriza uma federação? A autonomia política de eleger os membros, prefeitos, governadores, deputados, vereadores; a autonomia administrativa, de administrar os Estados e os municípios; e a financeira, de definir a destinação dos recursos de acordo com a necessidade orçamentária de cada Estado e município.

Essa autonomia financeira acabou, pois o controle do recebimento e a distribuição do IBS será centralizado em um comitê instalado em Brasília, com 54 delegados, sendo mais de 5,5 mil municípios representados por 27 delegados e os 26 Estados e Distrito Federal por mais 27.

Com esse sistema, evidentemente, como aliás eles alertaram, os grandes Estados e municípios perderão, enquanto os pequenos e médios ganharão. Por causa do projeto de emenda no Senado que foi aceito pela Câmara dos Deputados, no sentido de que as maiores benesses serão destinadas para os Estados do Norte e Nordeste.

O projeto assegura que quem perder não será prejudicado, pois será compensado em até 50 anos pelas perdas. De tal maneira que nós vamos ter, na verdade, fundos com várias finalidades, tais como para equalizar o sistema, chegando a R\$ 60 bilhões, fora o que União terá que colocar para, enfim, equilibrar os que perdem com os que ganham. O que vale dizer, durante 50 anos, ou pelo menos até 2043, com R\$ 60 bilhões por ano, a União terá que bancar o prejuízo.

Tal previsão representa tentativa de equilibrar as perdas, mas que eles não sabem de quanto será nem como será, pois não fizeram esses cálculos até hoje, de tal forma que quem pagará esse dinheiro que a União precisará colocar para compensar, evidentemente, só poderá ser o contribuinte.

Os Estados, para terem certeza de que vão receber na partilha aquilo que eles teriam como receita, terão que definir, de 2024 a 2028, qual é a média de receita tributária que tinham com o ICMS, que será o IBS em 2029.0 que vai acontecer é que os Estados, para mostrar o que vão receber pelo que vierem a perder, terão que ter uma receita boa na redistribuição. Os Estados que estão prevendo essa perda já começaram a aumentar o ICMS, em 2023, para que, no ano de 2029, a média justifique uma recepção das suas perdas no valor que a União terá que compensar.

Como se vê, não é simples. Foi aprovada a Emenda à Constituição. Ótimo. Temos agora um novo sistema. Sabe-se qual vai ser alíquota? Não, nunca disseram qual seria alíquota. Sabe-se quais serão as perdas dos Estados e Municípios? Não, apenas cálculo aleatório. Sabe-se quanto cada setor vai ganhar ou perder? Não, não há nenhum cálculo até hoje.

O certo é, a meu ver, que vale a pena os advogados dedicarem-se, a partir de agora, ao direito tributário, pois tantos serão os problemas de interpretação a ocorrer, que terão um campo de atuação durante muito tempo.

As empresas, para terem uma vida mais simplificada até 2033, se não houver prorrogação, deverão conciliar o sistema que consideram caótico com o novo.

Site: <https://flippioneiro.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/>

Uma década perigosa para o mundo (Editorial)

Os gastos militares no mundo cresceram 9% em 2023, comparados aos do ano anterior, e atingiram US\$ 2,2 trilhões, segundo o mais recente Balanço Militar do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), centro de estudos com sede em Londres que há 65 anos avalia tensões geopolíticas e conflitos em curso. O aumento de despesas com segurança por Estados nacionais, como ensina a história, nunca é casual.

No contexto das atuais guerras no Oriente Médio e na Ucrânia e de ameaças latentes da China e também da Rússia no Indo-Pacífico, o diagnóstico do IISS é de que o investimento em segurança crescerá por uma simples razão: o mundo "parece viver uma década mais perigosa".

O estudo não chega a mencionar o início de uma nova corrida armamentista.

Porém, assinala a decisão de diferentes governos ao redor do mundo - da Austrália aos Estados Unidos, passando pela Noruega - de alimentar seus estoques de munições e reverter carências identificadas em suas estratégias de segurança. Em função de ameaças muito bem delineadas, o orçamento global de defesa de 2023 alcançou o equivalente ao Produto Interno Bruto (**PIB**) do México e instrumentos internacionais de controle de armas, como o da União Europeia, foram relaxados.

A Rússia de Vladimir Putin está no centro das razões do aparelhamento militar desde sua agressão à soberania da Ucrânia, há dois anos. Putin fez girar a roda da economia de guerra no país, com o aumento do orçamento militar de 2,64% do **PIB**, em 2021, para 4,01%. Os gastos russos chegaram a US\$ 108 bilhões no ano passado, cifra três vezes maior do que os desembolsos da Ucrânia, dependente do apoio militar do Ocidente. Dificilmente as despesas russas recuarão diante do cenário de muitos anos de conflito em terreno ucraniano, já dado como certo.

Poderão, ao contrário, aumentar, dada a ameaça latente de expansionismo russo sobre o Leste Europeu.

A elevação de 8,5% nos gastos militares no ano passado pelos países da Otan, excetuados os Estados Unidos, responde claramente a esse temor.

Nesse grupo estão países europeus, a Turquia e o Canadá. E não há razões para recuar em 2024. O governo da Alemanha decidiu ampliar essas despesas em 2% do **PIB**. Entretanto, a preocupação com uma Rússia militarmente mais potente - e treinada para o conflito - não se limita à Europa. O IISS detectou tais temores até no Indo-Pacífico, região há décadas exposta ao estresse causado pela China. Não por acaso, a Índia ultrapassou o Reino Unido e assumiu o quarto lugar no ranking dos países com maiores despesas estratégicas.

Pequim estará também consciente dos riscos vindos da Rússia, seu aliado, agora militarmente mais forte. Na atual conjuntura geopolítica, reduziu ligeiramente seu orçamento militar de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,2 bilhão entre 2021 e 2023. Mas seu projeto de modernização das forças de defesa, com absorção de elementos de inteligência artificial, e o fato de dispor do maior contingente militar do mundo são por si sós ameaças óbvias ao restante da Ásia, à Oceania e também aos EUA e ao Canadá.

Os EUA, inegavelmente a força militar mais testada no último século, pouco alteraram seus dispêndios militares nos últimos anos. O país gastou 3,36% do **PIB** em 2023. Não há dúvida de que as decisões políticas de Washington têm repercussão nos conflitos em curso e na contenção de aventuras militares.

Afinal, seus dispêndios representam 40% do orçamento militar global.

Nem a China, com 10%, chega perto de tal volume de recursos.

É relevante sublinhar que um cenário adverso à paz, como o delineado pelo IISS para esta década, impõe aos Estados nacionais o dever de reforçar sua segurança - em detrimento de outras necessidades prioritárias. Cerca de US\$ 31 bilhões foram alocados adicionalmente na rubrica "defesa" em todo o mundo. Ainda assim, infelizmente, nada garante que o caos da guerra e suas devastadoras consequências humanitárias e econômicas sejam evitados.

É uma péssima notícia para todo o mundo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Como a crise chinesa afetará a economia brasileira (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Em meu último artigo neste espaço (19/1/2024), alertei para os riscos externos que poderiam criar problemas para o Brasil em 2024. Na ocasião, destaquei a crise econômica na China.

Volto ao tema para detalhar como isso pode afetar a economia brasileira, principalmente a política monetária.

Na verdade, a economia chinesa já está em crise. Dados sobre tráfego de carga nas ferrovias, consumo de energia, comércio exterior, preços dos ativos (ações e imóveis) não parecem compatíveis com o anúncio do governo chinês de que conseguiu atingir a meta de crescimento real de 5,5% para o **PIB**, em 2023.

Para o Brasil, o importante é avaliar a gravidade e a duração da crise chinesa pois, dependendo dessas características, os efeitos sobre nossa economia serão distintos ou até mesmo opostos.

Se a crise chinesa se mantiver moderada, poderá até mesmo ter alguns efeitos benignos para o Brasil. Por exemplo, um estudo realizado pela LCA Consultores, utilizando modelo estatístico com excelente capacidade preditiva, demonstrou que, se as projeções de consenso para a taxa de câmbio nos próximos dois anos (R\$ 4,95 a R\$ 5,00) e para as cotações das principais commodities se confirmarem, os preços ao produtor (IPA), apurados pela Fundação Getúlio Vargas, deverão registrar deflação de 3% em 2024 e de 1,6% em 2025. Isso, que não está contemplado nas expectativas do mercado financeiro, certamente ajudaria a convergência da **inflação** ao consumidor (IPCA) para as metas, neste e no próximo ano.

No entanto, é possível que a crise chinesa seja severa, com quedas mais fortes e persistentes da taxa de crescimento, mesmo que as estatísticas oficiais referentes ao **PIB** não demonstrem isso claramente. Nesse caso, o crescimento da aversão ao risco e a queda do apetite externo para aplicar recursos em países emergentes exportadores de commodities,

como o Brasil, poderiam provocar depreciação cambial bem mais intensa, superando a queda das cotações internacionais das commodities, principalmente agrícolas, que têm baixa elasticidade de renda.

Nessa hipótese, tenderia a prevalecer o efeito inflacionário da taxa de câmbio, dado que esta afeta não somente o preço dos alimentos, mas também partes, peças, matérias-primas e vários bens de consumo final. Tudo o mais constante, seria o pior dos mundos para o Brasil: mais pressões inflacionárias e menos crescimento econômico.

O cenário delineado no parágrafo anterior não me parece o de maior probabilidade, mas é perfeitamente possível, especialmente se Donald Trump vencer a eleição presidencial nos Estados Unidos. Robert Lighthizer, um dos mais importantes assessores para política comercial do provável candidato republicano, é um inimigo feroz da China.

Para lidar com risco externo dessa magnitude, ao Brasil cabe praticar política fiscal responsável e gradualismo na flexibilização monetária.

Claudio Adilson Gonzalez, Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Estados têm queda de receita e aumento de despesa em 2023

Marta Watanabe De São Paulo

Mesmo com a compensação de perdas de ICMS pela União e aumento da alíquota do imposto em alguns Estados, as receitas correntes no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal caíram 1,8% em termos reais em 2023 contra o ano anterior.

A queda foi influenciada pelo recuo real de 3,2% na arrecadação de ICMS e de 1,4% nos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Em sentido contrário ao das receitas, as despesas correntes cresceram 3,3%, puxadas por gastos com pessoal, que avançaram 5,1%.

O quadro de 2023, apontam especialistas e representantes de Estados, mostra que 2024 poderá ser "bem difícil" para parte dos entes, com a esperada desaceleração econômica, em ano que a demanda por reajustes salariais deve continuar, acompanhada por pressões de gastos resultantes das campanhas para as eleições municipais, e sem a ajuda da compensação de perdas de ICMS, já que os valores deste ano foram antecipados em 2023. Alguns Estados, porém, observam atentamente o aumento da arrecadação da União em 2024, o que pode favorecer repasses obrigatórios aos Estados.

"Os dados mostram que temos um problema grande na receita e que a elevação da alíquota padrão do ICMS no ano passado em alguns Estados não conseguiu recuperar a arrecadação do imposto no agregado. Ao mesmo tempo o aumento robusto da despesa corrente é preocupante. De 2024 em diante o vão entre receita e despesa deve se alargar", diz Gabriel Leal de Barros, economista e sócio da Ryo Asset. "Em 2024 devemos ver a pressão por salários e concursos do governo federal transbordar para Estados e prefeituras."

O quadro desfavorável no fluxo de receitas e despesas foi generalizado entre os Estados em 2023. Em nove dos 27 entes federados as receitas correntes caíram enquanto as despesas correntes aumentaram.

Nos 18 entes restantes, em 14 as receitas subiram, mas em ritmo menor que o do crescimento das despesas.

O indicador de despesa de pessoal, principal gasto

dos Estados, também se deteriorou de 2022 para 2023. No ano passado a despesa de pessoal do Poder Executivo medida em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) avançou em 21 dos 27 entes federados, com seis Estados - Rio de Janeiro, Paraíba, Acre, Roraima, Minas Gerais e Rio Grande do Norte - acima do limite prudencial de 46,55% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os três últimos Estados romperam também o teto de 49% estabelecido pela mesma lei.

Em 2022 apenas três Estados estavam acima do limite prudencial e o governo potiguar era o único que havia rompido o teto.

Os dados foram retirados pelo Valor dos relatórios fiscais enviados pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram considerados despesas empenhadas e receitas realizadas. Para comparação em termos reais, os dados de 2022 foram atualizados pelo IPCA.

Representantes dos governos atuais sinalizam que os indicadores poderiam ter sido piores sem receitas extraordinárias que entraram no ano passado. Sancionada em outubro de 2023, Lei Complementar 201 (LC 201/2023) estabeleceu R\$ 27,1 bilhões em compensação da União aos Estados pela perda de ICMS em 2022.

Naquele ano, leis federais resultaram em redução de alíquotas do imposto estadual sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

A LC 201/2023 estabeleceu cronograma de compensação pela União até 2025, com parte do ressarcimento a ser feita com abatimento no pagamento de dívida e parte com transferências de recursos do governo federal aos Estados.

Além dos valores devidos em 2023, o governo federal também transferiu ao fim do ano passado cerca de R\$ 10 bilhões como antecipação dos valores que seriam pagos em 2024.

A compensação contribuiu para uma alta de 7,3% nas transferências correntes aos Estados em 2023, contra 2022.

Carlos Eduardo Xavier, secretário de Tributação do

Rio Grande do Norte, diz que essa compensação contribuiu para aumento de 8,7% na receita corrente do Estado.

Ele destaca que houve também receitas extraordinárias do próprio Estado, como a venda de folha de pagamento, que gerou R\$ 384 milhões a mais ao Estado no ano passado. Além disso, lembra, de abril a dezembro a alíquota padrão do ICMS potiguar subiu a 20%, ante 18% praticados anteriormente.

A lei para aumento do imposto no Estado foi aprovada ainda em 2022, porém, estabelecia a alíquota maior somente até dezembro de 2023 e o governo estadual não conseguiu estender o aumento para este ano. Outra ajuda para a receita de ICMS veio de um Refis, que trouxe receita adicional de R\$ 250 milhões em 2023.

O programa de parcelamento e a elevação de alíquotas, junto com aperfeiçoamento do controle de arrecadação e fiscalização, diz, propiciaram elevação dos ingressos de ICMS. Segundo dados dos relatórios fiscais, a receita de ICMS do Estado cresceu 10,1% em termos reais em 2023.

"Para 2024 o cenário será mais desafiador porque não teremos alíquota mais alta de ICMS, nem Refis, nem venda de folha, nem a compensação da União. Será bem difícil. Por enquanto as receitas do FPE vieram melhor em janeiro e fevereiro e trabalharemos para ter crescimento no ICMS, mas longe da magnitude que tivemos no ano passado", afirma o secretário.

Xavier diz que o governo estuda também alternativas para receitas extraordinárias.

O conjunto favorável para as receitas em 2023 não impediu, porém, o Estado de avançar na despesa de pessoal em relação à RCL. O indicador potiguar avançou de 53,37% para 56,94% da RCL do fim de 2022 para o ano passado, 7,94 pontos percentuais acima do teto da LRF.

O desafio em relação aos gastos com folha está no magistério, porque a legislação do Rio Grande do Norte, explica, determina que o reajuste do piso seja linear para todos da carreira, mesmo para quem está em patamares mais altos de vencimento. "É o único Estado que tem essa legislação", diz.

O desempenho de 2023 e o cenário esperado para 2024, avalia Leal de Banos, farão com que os Estados retomem o debate de problemas estruturais que ficaram de lado desde 2020, quando eclodiu a pandemia de covid-19, até 2022, quando a arrecadação ainda foi beneficiada por inflação e altas cotações de commodities.

Do lado das receitas, a questão da corrosão da base de ICMS deve voltar à mesa de debates, ao mesmo tempo que o aumento de despesas de pessoal deve trazer de volta a agenda de reformas estruturais, como a administrativa.

Xavier explica que ao fim do ano passado o governo potiguar aderiu formalmente ao Programa de Equilíbrio Fiscal oferecido pelo Tesouro. O compromisso, diz, é de redução de 10% ao ano da despesa de pessoal.

No Rio Grande do Sul também houve efeito da compensação de ICMS antecipada pelo governo federal. A arrecadação de ICMS em 2023 caiu 1,1% em termos reais, ainda sob efeito das mudanças no imposto em 2022. Mesmo assim, as receitas correntes do Estado avançaram 7% reais, e a RCL, 6,9%, em alta equivalente a R\$ 6 bilhões de 2022 para 2023.

Contribuíram para isso, informa a Fazenda gaúcha, a compensação de perdas de arrecadação de 2022 pela União: foram R\$ 2,3 bilhões brutos. Parte do valor foi compensada com as parcelas da dívida e parte vinda na forma de transferência financeira.

Houve também receitas extraordinárias do próprio Estado, que não se repetirão em 2024, como o registro orçamentário de R\$ 1,4 bilhão de dividendos da Corsan, companhia estadual de saneamento.

O aumento da RCL permitiu ao governo gaúcho encerrar 2023 com um indicador de despesa de pessoal de 45,03%, melhor que o registrado no decorrer do ano passado e ao fim de 2022, de 47,88%. O limite chegou a se aproximar do teto no primeiro quadrimestre de 2023, quando chegou a 48,81%. Em nota, a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul diz que deve manter o controle rigoroso da despesa, condições do Regime de Recuperação Fiscal ao qual aderiu em 2022.

No fim do ano passado o governo gaúcho chegou a propor uma elevação da alíquota padrão do ICMS mas, em razão da resistência para aprovação na Assembleia Legislativa, adotou como alternativa uma revisão dos benefícios fiscais, que entra em vigor a partir de abril.

Para Leal de Barros, um caminho possível para os Estados para reverter a perda de receitas no ICMS é um "pente-fino" em benefícios tributários do imposto, paralelamente a uma agenda de modernização dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, ainda que essa situação seja heterogênea entre os Estados.

Renata dos Santos, secretária de Fazenda de Alagoas, conta que o Estado tem feito um

mapeamento da atividade econômica do Estado e seu impacto na arrecadação de ICMS. O Estado, diz, tem recebido grande fluxo de turistas e teve a atividade favorecida com a política de reajuste do salário mínimo e com a ampliação do Bolsa Família em 2023. O aumento da alíquota padrão do ICMS de 17% para 19% a partir de abril do ano passado e mudanças na estrutura do imposto também permitiram ao Estado fechar 2023 com alta real de 11,7% na arrecadação do tributo. As receitas correntes do Estado subiram 4,8% enquanto as despesas correntes avançaram 8,1%.

Segundo Santos, o aumento dos gastos correntes reflete a abertura de dois novos presídios e para fazer frente a essa nova despesa o Estado manteve o nível dos demais gastos e suportou com receitas próprias o que não foi possível financiar com recursos de FPE. Para 2024, diz, o controle rígido de despesas deve ser mantido.

O Estado fechou 2023 com R\$ 2,68 bilhões em investimentos, com alta de 2,8% em relação a 2022 e avanço de 148,7% reais contra o R\$ 1,1 bilhão em 2019, também primeiro ano do mandato do governador anterior. A ideia, diz a secretária, é manter o mesmo nível alto de investimentos anual no decorrer de toda gestão atual. Os investimentos do ano passado, diz ela, foram possibilitados por superávits de períodos anteriores e por operações de crédito. No ano passado, conta, o Estado contratou cerca de R\$ 1 bilhão em financiamentos.

Para Leal de Barros, o estímulo que o governo tem dado com a oferta de operações de crédito é preciso ser acompanhado com cuidado. Isso, em alguns entes, pode piorar o quadro à frente, porque parte dos gastos em investimentos resulta também em aumento da despesa de pessoal e custeio.

Nove Estados tiveram queda de receita e em 14 alta não acompanhou ritmo das despesas

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1§ion=1>

Dados não corroboram melhora da produtividade, diz economista

Anais Fernandes De São Paulo

Apesar das recorrentes surpresas positivas com o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil e do potencial positivo de reformas aprovadas nos últimos anos, os dados não mostram que houve ganho de produtividade substancial capaz de ampliar significativamente o espaço para o crescimento da atividade sem gerar pressões inflacionárias, defende Igor Velecico, economista-chefe da Genoa Capital.

" Não tem nada muito diferente acontecendo, a gente está crescendo mais porque estamos empregando mais", afirma.

Para Velecico, que projeta alta de 2% para o **PIB** em 2024, os dados da atividade no quarto tri-mestre de 2023, divulgados na última sexta-feira pelo IBGE, indicam que a queda dos investimentos se esgotou e este ano deve ser marcado pela recuperação da formação bruta de capital fixo (FBCF), por causa da queda dos juros. Se, no entanto, o Brasil quiser pensar em garantir investimentos para prazos mais longos, a receita já é conhecida: além dos juros baixos, segurança regulatória e controle da **inflação**.

"Quando a gente pensa em **PIB** potencial, em melhora de crescimento de longo prazo, a gente tem de ver aquilo que ajuda a viabilizar o investimento privado", diz.

Veja os principais trechos da entrevista:

Valor: O que chama a atenção no **PIB** do quarto trimestre de 2023?

Igor Velecico: O que a gente viu no quarto trimestre foi uma confirmação em relação aos nossos números, veio muito em linha com o que a gente estava esperando - um pouquinho mais fraco, zero em vez de 0,1 %. Mas o segundo semestre, de fato, mostrou alguma moderação no **PIB** agregado, vimos o **PIB** basicamente estagnado. Entre as surpresas do **PIB** do quarto trimestre, o consumo veio um pouquinho mais fraco, com queda de 0,2%, enquanto a gente esperava uma ligeira alta, não muito grande, e o investimento mostrou uma alta maior do que a gente esperava, com quase 1% de crescimento na margem. Acho que foi uma das notícias positivas do **PIB**. O **PIB** do segundo semestre foi próximo de zero, mas, se descontar a

agropecuária, ele rodou mais ou menos a 1,5% anualizado, o que é um resultado um pouco abaixo do potencial, então, não é ruim.

Valor: O que espera para a atividade neste começo de 2024?

Velecico: Estamos vendo continuidade da expansão dos investimentos. A gente acha, inclusive, que acelera, sobe mais 1,5%. E o consumo deve dar um repique, projetamos algo entre 0,5% e 1%, na margem, no primeiro trimestre, por causa de vetores como o reajuste do salário mínimo e o pagamento dos precatórios. Tem uma série de vetores que ajudam um pouco a economia no começo do ano. Então, tivemos esse enfraquecimento da economia no fim de 2023, que, quando a gente tira a agricultura, é um enfraquecimento bem modesto, e não vimos também o enfraquecimento da economia se traduzir em queda do emprego. Muito pelo contrário, o mercado de trabalho continua bastante apertado.

Valor: E qual é a expectativa para o **PIB** deste ano como um todo?

Velecico: Temos crescimento de 2%.

Valor: Esse número tem viés?

Velecico: Acho que está razoavelmente bem equilibrado. Talvez, um pouquinho para cima. Talvez, os números que temos para agricultura não sejam tão ruins quanto a gente espera. Uma das coisas que tem chamado minha atenção é o aumento da poupança das famílias. O Banco Central solta aquela estatística do rendimento bruto das famílias. Está chegando próximo de 7%, 8% do **PIB**, o que é relativamente alto para padrões históricos. Para essa fase do ciclo econômico em que estamos, seria normal rodar perto de 5%, 5,5%. À medida que os juros vão caindo, essa taxa de poupança pode se normalizar e ser um dos vetores de crescimento para 2024.

Valor: O sr. acha, então, que a melhora dos investimentos não foi algo pontual do quarto trimestre, que devemos continuar vendo isso ao longo de 2024?

Velecico: Acho que sim. O investimento é uma das coisas mais cíclicas da economia. Subiram os juros lá atrás, era absolutamente natural ver queda dos

investimentos ao longo de 2023. Só que isso parece ter se esgotado e 2024 tem uma cara de recuperação dos investimentos, já que os juros começaram a cair faz tempo. É natural que isso se traduza em PIBs puxados por investimentos mais fortes.

Valor: O que puxa investimento?

Velecico: É segurança regulatória, controle da **inflação**, juros baixos. Isso que movimenta, de fato, investimentos quando pensamos em prazos um pouco mais dilatados. O piso de investimentos do governo federal é de cerca de R\$ 60 bilhões por ano. Se conseguir entregar R\$ 60 bilhões todo ano, em um mandato, ou seja, em quatro anos, o governo investiu R\$ 240 bilhões. O setor privado investe isso a cada reunião do Copom [Comitê de Política Monetária do BC], a cada 45 dias, grosso modo. Obviamente, quando a gente pensa em **PIB** potencial, em melhora de crescimento de longo prazo, a gente tem de ver aquilo que ajuda a viabilizar o investimento privado.

Valor: E fatores políticos e fiscais, como eles ajudam ou atrapalham?

Velecico: Temos de olhar o fiscal sempre de forma relativa. O Brasil não tem contas fiscais totalmente ajustadas, mas quase nenhum país do mundo tem. O fiscal tem sido uma preocupação muito maior para os [investidores] locais do que para os estrangeiros. E eu acho que vai continuar nessa situação. Nossos números são até melhores do que as estimativas do mercado: temos um déficit do governo central de R\$ 50 bilhões, o mercado está mais perto de R\$ 80 bilhões, R\$ 90 bilhões. Só que muito disso é fruto de arrecadações não recorrentes. Então, quando a gente passa a projetar 2025, voltamos a ter déficits próximos de 1% do **PIB**, ou seja, é um cenário em que o governo está no terceiro ano de mandato discutindo, de novo, déficit próximos do que seria o entregue no primeiro ano. O mercado tem ignorado essas discussões e eu acho que vai continuar ignorando durante algum tempo. Em especial, se as quedas de juros do Fed [Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos] continuarem se concretizando, acho que o mercado tende a passar batido por isso.

Valor: Qual sua expectativa em relação à meta de resultado primário deste ano?

Velecico: Acho que o governo vai tentar adiar a mudança da meta o máximo que ele conseguir. A arrecadação do começo do ano tem vindo boa e o governo tem algumas medidas que ele pode passar a incluir no Orçamento, ainda que sejam não recorrentes. Ele pode, eventualmente, adiar essa discussão para a metade do ano, talvez para o segundo semestre. Acho plenamente factível isso

acontecer. Quando, no segundo semestre, ficar um pouco mais claro que não deu pra cumprir a meta, aí, eventualmente, muda-se a meta ou não se muda e os gatilhos são acionados.

Valor: Quão ruim seria mudara meta?

Velecico: Acho que o mercado tende a punir mais se houver uma percepção de que não está havendo mais esforço para melhorar os números fiscais e mudar a meta significar que está todo mundo satisfeito com déficit fiscal durante quatro anos. Acho que esse seria um sinal mim, de que não há mais esforço de trazer os resultados primários para perto daquilo que estabiliza a dívida/**PIB**, o que, hoje, é algo na casa de 1%, 1,5% [do **PIB** de superávit], se você for generoso nos parâmetros. Eu acho que o que o mercado gostaria de ver é um esforço contínuo para se chegar perto desses números.

Valor: O sr. citou o ciclo de corte de juros nos EUA. Quando ele deve começar?

Velecico: Os dados da economia americana continuam fortes, a geração de empregos continua bastante forte e a **inflação** está um pouquinho mais demorada para cair. O Fed tem reagido a essa combinação, no fundo, adiando as quedas de juros. O mercado todo se animou achando que poderia cair em março, depois essa aposta migrou para maio, junho. A gente acha que é mais ou menos por ali, em junho mesmo. Mas isso é altamente dependente dos dados de atividade e **inflação**.

Valor: E a nossa **inflação**?

Velecico: Nossa projeção de **inflação** cheia não parece ruim, temos 3,5% esse ano e 3,3% no próximo. O problema é que a composição da **inflação** tem piorado na margem. Ela tem sido cada vez mais impulsionada para baixo por itens voláteis, como alimentação, bens industriais. Só que a parte de serviços, que é uma parte mais inercial, que depende mais de política monetária, da atividade, tem ficado mais resiliente. Ela tem surpreendido para cima e a gente acha que vai continuar. Isso deveria chamar a atenção, porque essa **inflação** de itens menos voláteis - de salários, serviços e serviços subjacentes - é o que vai ajudar a explicar o que será a **inflação** daqui 18 meses, 24 meses, que é um pouco do mandato do BC. Ele não tem muito controle do que vai acontecer com a alimentação ou bens industriais nos próximos seis meses. Não adianta ele focar demais isso.

Valor: O BC tem destacado a relevância da **inflação** de serviços na tomada de decisões. Ao mesmo tempo, diretores demonstram confiança no processo em curso. Acha que é preciso adotar um tom mais duro?

Vealeico: Acho que a postura deles tem sido acertada no sentido de dizer que vão observar os dados e não reagir demais a um dado específico que saiu. É óbvio que tem diferenças entre os membros do Copom, alguns acham que um dado foi ruim, outros já acham que quatro, cinco dados foram piores. Mas, de forma quase unânime, o BC tem salientado a importância de olhar para esses serviços subjacentes para ajudá-los a guiar a condução da política monetária. E o que está acontecendo nesses serviços é que eles estão mais fortes, mais pressionados. Achamos que os próximos dados vão continuar sendo ruins, mostrando uma aceleração da **inflação** desses núcleos. E isso deveria gerar mais preocupação no BC. O problema da comunicação do BC, hoje, é que eles estão fazendo uma coisa atípica. O normal é que eles indiquem uma decisão 45 dias à frente, que deem um "guidance" curto. Hoje, eles estão sinalizando 90 dias à frente, ou seja, eles estão sinalizando um período muito mais longo à frente. Adicionalmente, eles estão olhando para dados que são mais defasados que o usual.

Valor: Como assim?

Vealeico: No mercado de trabalho, por exemplo, que é um desses fatores cruciais para pensar na dinâmica inflacionária à frente. O BC disse que vai olhar a parte de salários, que é uma informação mais defasada, em vez de olhar a parte de ocupação, taxa de desemprego. Então, o BC está dizendo que está sinalizando mais para frente e olhando mais para trás. Quando essas informações para trás que ele está olhando, mais defasadas, começam a acelerar, esse hiato de informação dele sinalizando muito à frente, esse "gap" de visibilidade fica muito grande.

Valor: O receio é o BC ficar atrás da curva, ou seja, demorar a tomar as decisões mais adequadas?

Vealeico: Eu acho que ele não gostaria de ver o que está acontecendo na **inflação** de serviços subjacentes e nas recomposições salariais. Acho que está vindo razoavelmente acima do que todo mundo estava esperando. É por isso que eu acho que eles deveriam enfraquecer um pouco o "guidance" [orientação sobre próximos passos] ou, no limite, até tirar o "guidance" de duas reuniões à frente. Acho que seria o mais prudente. Se eles não tirarem, acho que isso poderia começar a ser visto como sendo uma função de reação mais "dovish", mais leniente com a **inflação**. No fundo, um banco central mais tomador de risco, dado justamente que ele sinalizou que ia observar serviços subjacentes, **inflação** de salários, que ele sabe que essas informações são mais defasadas e, portanto, se ele estiver errado, ele vai estar atrás da curva, vai estar mais errado do que o normal. E as informações que têm saído é que esses números

estão mais altos, estão razoavelmente piores do que há dois, três meses atrás. Eu acho que isso joga a favor de ter um BC que seja mais dependente dos dados e que tenha mais flexibilidade para fazer qualquer coisa. De repente, o cenário mais negativo não se concretiza e ele pode continuar na trajetória inicial de três meses atrás que ele tinha na cabeça.

Valor: Qual é a Selic que esperam no fim do ciclo de corte de juros deste ano?

Vealeico: A gente acha que ele consegue ir até uns 9%, 9,5% de Selic terminal. Só que, em parte, isso está condicionado a ele conseguir diminuir o ritmo de cortes de juros, ou seja, não correr esse risco de sinalizar uma função de reação tão tomadora de risco quanto eventualmente pode ser lida. Isso pode ter impactos em expectativas de **inflação** de 2025, 2026, joga contra o próprio Banco Central na estratégia de domar **inflação**.

Valor: O sr. mencionou o mercado de trabalho brasileiro. Novos dados do início de 2024 também vieram fortes. Qual é a expectativa para o restante do ano?

Vealeico: Esse crescimento de 2% do **PIB** que a gente tem para esse ano é muito próximo do potencial. Então, a gente não vê alta do desemprego daqui até o fim do ano. O que está nos chamando a atenção nos dados da Pnad [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] é que temos ocupação forte e reajustes salariais bastante fortes. Quando você faz a conta de massa salarial, ela está crescendo nos últimos meses algo como 15% em termos anualizados. Isso é definitivamente bastante coisa. E, diferentemente do que se discute no mundo na última década, de que a curva de Phillips ficou vertical, ou seja, não tem mais correlação entre crescimento, salário e **inflação**, aqui no Brasil, a curva de Phillips nunca morreu. Ela sempre funcionou bem. Os nossos ciclos são muito informativos sobre isso. Com a massa salarial crescendo a 15%, é difícil imaginar que você vai ter uma economia que fique muito fraca à frente; é difícil imaginar que isso não vai se traduzir em **inflação** de serviços. A gente acha que vai. É questão de oferta e demanda básica.

Valor: O crescimento potencial do Brasil está maior?

Vealeico: Parte do crescimento forte do **PIB** de 2023 foi associada, por muita gente, à colheita dos frutos de reformas que foram feitas anos atrás. Tem já alguns anos que a gente está sendo surpreendido para cima nas projeções e parte da explicação citada vem daí. Eu também acho que a gente fez uma série de reformas importantes, que o ambiente de negócios no Brasil melhorou, que as coisas estão andando e eu

concordo que isso deveria gerar mais produtividade, mas, quando olho para os dados, eu não vejo melhora de produtividade. Não há grandes coisas acontecendo até agora nos dados. Apesar de muita gente se animar com o crescimento potencial, o fato é que não estamos vendo isso nos números em termos de produtividade até agora. Sempre que a gente olha as relações emprego-produto, elas estão próximas da tendência. O nível do **PIB** não é surpreendente dado o nível de emprego da economia. Uma das coisas de ser mais produtivo é que, para cada unidade de **PIB**, você gera menos emprego. Essa é a consequência. Teve uma baita queda do desemprego em relação ao pré-pandemia, então, seria natural que a gente visse uma alta grande do **PIB**. Essa alta foi relativamente compatível.

Valor: Quais as consequências disso pensando em relação à **inflação**?

Veicico: No fundo, o "link" é todo esse: a gente tem espaço para crescer 3% sem pressões inflacionárias ou coisas do gênero, porque a produtividade subiu? Quando olho os dados de emprego e **PIB**, não tem evidência dessa produtividade. Tanto que, se a gente fizer essa conta de, dado o emprego, calcular qual deveria ser o **PIB** compatível com isso, o **PIB** poderia ser até maior do que é hoje. Ou seja, não tem nada muito diferente acontecendo, a gente está crescendo mais porque estamos empregando mais.

"O problema é que a composição da **inflação** tem piorado na margem"

"Aqui no Brasil, a curva de Phillips nunca morreu"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1§ion=1>

Fim de "década perdida" para PIB per capita parece mais perto

Lucianne Carneiro

Os desempenhos recentes de Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita, renda per capita e produtividade dão sinais positivos para a economia brasileira e o bem-estar da população, ainda que a transição demográfica seja um desafio que tende a se mostrar cada vez mais presente. Especialistas destacam o cenário mais favorável para os indicadores e apontam para a expectativa de uma retomada para o patamar recorde do **PIB** per capita perdido há alguns anos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o **PIB** per capita cresceu 2,2% em 2023, para R\$ 50.193,72. A estimativa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) é de uma expansão de 0,8% para o indicador este ano. As contas da pesquisadora e coordenadora do Boletim Macro Ibre, Sílvia Matos, consideram alta de 1,5% do **PIB** e aumento de 0,68% da população. Essa taxa não incorpora o Censo Demográfico 2022, com ritmo mais lento de crescimento da população, o que sugere que o **PIB** per capita pode ser um pouco maior.

Se o aumento de 0,8% do **PIB** per capita em 2024 for confirmado, o indicador deverá encerrar este ano 2% abaixo do patamar recorde de 2013. Para os próximos anos, a projeção é uma alta de 1,5% do **PIB** per capita. Assim, o nível ao fim de 2025 ficaria 0,5% abaixo do de 2013, e o de 2026, 1% acima. "Os dados mostram que saímos de um cenário de contração de **PIB** per capita e da produtividade para outro com crescimento. Isso sugere uma postura mais otimista", afirma a economista. Para ela, é possível que o **PIB** per capita recupere o patamar recorde até mesmo antes de 2026, a depender de um crescimento da produtividade de forma sustentável.

A produtividade do trabalho no Brasil cresceu pela terceira vez seguida no terceiro trimestre de 2023. Para Matos, no entanto, 2024 deve ser "o ano da prova", para avaliar se a produtividade continuará a crescer e, principalmente, se a expansão será espalhada.

O cenário mais positivo também é observado pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcos Hecksher. Com a alta de 2,2% do **PIB** per capita, ele acredita que a distância entre o indicador e a média mundial deve ter parado de subir

pela primeira vez desde 2014.

Ao longo dos últimos anos, o desempenho no Brasil vinha abaixo da média mundial. Em 2013, o **PIB** per capita brasileiro estava 6,3% acima da média mundial. Em 2022, já estava 13,9% abaixo, segundo Hecksher.

A média mundial ainda não foi divulgada para 2023, mas, considerando a projeção de 3,1% do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia mundial, o pesquisador estima em 2,2% o aumento do **PIB** per capita. "A relação entre o **PIB** per capita do Brasil e o mundial piora desde 2014. Se isso for interrompido, já é uma melhora", diz o economista.

Hecksher destaca que a melhor notícia para o bem-estar das famílias vem da renda per capita. O IBGE divulgou semana passada que a renda domiciliar per capita nominal mensal foi de R\$ 1.893 no Brasil em 2023. Isso significa, segundo Hecksher, aumento de 11,5% em termos reais [descontada a **inflação**] frente a 2022. É a maior alta da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, de 2012. Até então, a maior taxa tinha sido de 6,9% de 2022, após queda 7% em 2021.

"O aumento de 11,5% da renda per capita é impressionante. As vezes, o **PIB** cresce, mas não gera renda para as famílias. Se a renda cresce mais que o **PIB**, a tendência é mais bem-estar", explica.

O indicador da renda domiciliar considera apenas a renda das famílias, enquanto o **PIB** per capita é calculado a partir do valor do **PIB**, que trata geração de riqueza a partir de vários setores da economia.

Apesar do contexto mais positivo, há o desafio de crescer enquanto a população envelhece e a oferta de mão de obra jovem recua, aponta Sílvia Matos. "A pergunta é: com menos população jovem, consegue manter o mesmo ritmo de crescimento da economia? Isso vai depender mais de produtividade e investimento", diz.

"Relação entre **PIB** per capita do Brasil e mundial piora desde 2014. Se isso for interrompido, já é uma melhora" Marcos Hecksher

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187805?page=1>

§ion=1

Mercado discute "orientação futura" do BC sobre juro

Gabriel Roca De São Paulo

Com o ciclo de cortes na taxa Selic avançando no Brasil, começa a ganhar força no mercado um debate sobre o momento em que o Comitê de Política Monetária (Copom) ajustará a comunicação sobre seu plano de voo. O colegiado do Banco Central (BC) segue indicando cortes de juros de 0,5 ponto percentual nas duas próximas reuniões.

Uma ala do mercado diz acreditar que uma comunicação menos rígida do Copom poderia dar mais liberdade de ação à autoridade monetária em um momento de incertezas externas e receios com a trajetória da **inflação** de serviços. Enquanto isso, há outras vozes, contrárias à alteração imediata do chamado "forward guidance" (ou "orientação futura"), alegando que isso acrescentaria ruídos em um momento de desaceleração da economia.

A discussão, inclusive, foi abordada de maneira mais explícita pela primeira vez entre os membros do Copom na semana passada. O diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que o colegiado teve coragem ao iniciar o ciclo de cortes de juros com o "forward guidance", ferramenta que classificou como um "esporte de altíssimo risco para países emergentes". As declarações foram feitas por ele durante apresentação em evento organizado pela Money Report.

"A gente se engajou nesse esporte de alto risco que, até agora, se pagou. A gente achou um ritmo de corte que permitiu a gente ajustar o nível de contração da política monetária, com a taxa nominal acompanhando a queda da **inflação** e, simultaneamente, observar a reação da economia", disse o diretor.

Segundo Galípolo, o instrumento colaborou, até aqui, para uma redução da volatilidade em torno das ações do BC no mercado local. No entanto, ponderou, acima do "forward guidance" está a postura de dependência dos dados da autoridade. "Mas, em algum momento, vai ter que fazer a retirada do plural [na orientação] e isso pode gerar um custo", afirmou, sem antecipar se a discussão já seria levada para a reunião do Copom neste mês.

A discussão sobre uma mudança na orientação futura do BC se dá em um momento em que o Copom já

reduziu a taxa Selic em 2,5 pontos percentuais, para 11,25% ao ano. Ainda que exista espaço para que os juros continuem caindo no Brasil, a abordagem que vem sendo adotada pelo BC, de indicar a trajetória das taxas em um horizonte de três meses, na visão de analistas, pode se mostrar arriscada em meio ao ambiente de volatilidade externa.

A avaliação de economistas é que a manutenção de uma orientação mais firme para a condução da Selic remove graus de liberdade para a autoridade monetária, especialmente em um momento em que o ciclo de redução nas taxas já se encontra em um estágio mais avançado.

Caso o Copom confirme a orientação fornecida na última decisão e as expectativas do mercado, a Selic cairá para 10,75% na reunião de março. O "forward guidance" no **comunicado** da reunião mais recente, em 31 de janeiro, indica que "os membros do Comitê, unanimemente, antevêm redução de mesma magnitude nas próximas reuniões" - com o uso do plural. Logo, caso seja mantida essa estratégia, o esperado é que a taxa caia para 10,25% ao ano em maio e 9,75% na reunião de junho.

O problema é que, desde o início do ano, as apostas para o início do afrouxamento monetário nos Estados Unidos têm sido adiadas. Segundo dados do CME Group, há cerca de um mês agentes atribuíam uma probabilidade implícita de 99,5% de que os Fed Funds começariam a cair ou já feriam caído no mês de junho. Hoje, há 33,7% de chance de as taxas permanecerem inalteradas até lá.

Ao mesmo tempo, as estimativas para a Selic no fim do ciclo de cortes também foram sendo revisadas por operadores de mercado e, na semana passada, alcançaram o patamar dos 9,75% - nível que pode ser efetivamente alcançado em junho, caso o Copom mantenha o ritmo de cortes e a orientação futura até lá. Além disso, os números mais recentes de **inflação** seguem apontando pressão em componentes sensíveis à política monetária.

Por outro lado, as taxas reais de juros no Brasil permanecem em níveis bastante restritivos e, neste momento, uma alteração na comunicação seria um indicativo mais conservador por parte do Banco Central.

Segundo um profissional de tesouraria de uma instituição local, a discussão sobre remover o uso do plural no **comunicado** não faz sentido agora. "O BC possivelmente decidiu implementar esse guidance para evitar que o mercado precificasse qualquer chance de aceleração e também para estabilizar a curva, enviando uma mensagem relativamente "hawkish" [inclinada ao aperto monetário]. Ao remover o plural nesta fase da flexibilização, e com um nível tão alto de taxas reais, a autoridade estaria adicionando ruído desnecessário ao mercado e à economia, justamente quando o crescimento econômico começa a se moderar", diz.

Para essa fonte, o BC já tem uma postura muito conservadora. "Tanto as taxas nominais quanto - especialmente - o nível atual das taxas reais estão em níveis muito altos, de acordo com qualquer métrica. Se você acrescentar à equação as expectativas de **inflação** e outros indicadores importantes, como o câmbio e os preços das commodities, não há nenhum motivo relevante para esperar uma mudança na comunicação."

"Em algum momento, vai ter que fazer a retirada do plural [na orientação futura] e isso pode gerar um custo" Gabriel Galípolo

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187805>

"Copom deveria suspender sinalização"

Gabriel Roca De São Paulo

As elevadas incertezas na política monetária internacional e os sinais de que a inflação de serviços no Brasil segue pressionada recomendam que o Comitê de Política Monetária (Copom) altere sua indicação futura para os cortes de juros no país em uma de suas próximas reuniões. Segundo ex-diretores do Banco Central consultados pelo Valor, o "forward guidance" já cumpriu o seu papel e, no momento em que o ciclo de afrouxamento monetário se mostra mais avançado no país, é desejável que o colegiado tenha mais liberdade para atuar daqui em diante.

Para o diretor de macroeconomia do ASA Investments, Fabio Kanczuk, ex-diretor de política econômica do BC, a estratégia de sinalizar duas reuniões à frente já poderia ter sido abandonada há algumas reuniões.

Segundo ele, pelo cenário que o Copom desenha em seu último comunicado, a Selic deveria cair até 9,25%. "Cortaria para 10,75% em março, 10,25% em maio, 9,75% em junho e 9,25% em agosto. Então, ele ainda tem duas reuniões para ajustar e não ficar inconsistente com a mensagem que ele mesmo está passando. Como já poderia ter feito isso antes e não fez, também não acredito que vá fazer agora", afirma.

Para Kanczuk, a alteração do discurso é inevitável nas próximas reuniões, mas o ideal seria promovê-la em um momento de baixa volatilidade nos mercados. "É fazer a marola quando ninguém vai perceber. Isso estava na minha cabeça há uma ou duas reuniões, e ele está na mesma situação agora. Mas não tem muito certo ou errado nessa situação. Então, o meu raciocínio é que o Copom não vai fazer agora, já que poderia ter feito antes e não fez." Ainda que o plano de voo traçado pelo Copom atualmente indique uma Selic perto dos 9,25% no fim do processo de flexibilização, segundo Kanczuk, a rolagem do horizonte relevante de política monetária e surpresas positivas na inflação devem permitir que a Selic encerre o ciclo mais perto dos 8,5%.

Sócio da Panamby Capital, Reinaldo Le Grazie lembra da época em que esteve na diretoria de política monetária do Copom e, em maio de 2018, o colegiado manteve os juros inalterados mesmo depois de ter indicado uma redução na Selic de 0,25 ponto percentual na reunião anterior.

"Meu BC gostava de dar "guidance" e, nessa ocasião, houve muita crítica do mercado. A discussão depois

gira em torno do "sinalizou, tem que honrar". O Banco Central não tem que honrar porque indicou, mas precisa buscar fazer a comunicação da melhor maneira possível e acompanhar a evolução do cenário", afirma.

Mesmo assim, ele vê com bons olhos a possibilidade de ter mais flexibilidade em um momento em que o ciclo de afrouxamento monetário já se encontra em um estágio mais avançado. "Dar o forward guidance é gostoso, o difícil é tirar. O Copom não deveria ficar muito amarrado. É bom dar uma orientação em momentos de turbulência, mas, depois, tem que tirar. Eu removeria o plural na próxima reunião, para sair da armadilha, e indicaria que o plano de voo continua mais ou menos o mesmo", diz.

Le Grazie, no entanto, aponta que a opinião sobre a necessidade de revisão da orientação futura acaba determinando muito da análise que o interlocutor tem para o ponto final dos juros no Brasil. "Se o economista acha que o juro pode ir para 8%, aí não precisa tirar o plural agora. A minha leitura é que vai parar entre 9% e 9,5%", diz.

Na visão do estrategista-chefe da Warren Investimentos e ex-chefe do Departamento de Mercado Aberto (Demab) do BC, Sérgio Goldenstein, a remoção da orientação deve ocorrer em uma das duas próximas reuniões da autoridade, mas o

mais provável é que o Copom efetue o ajuste no mês de maio.

"Caso ele opte por tirar o forward guidance em março, seria um sinal "hawk" [pró-aperto] e o mercado poderia discutir uma eventual redução no ritmo para 0,25 ponto percentual no curto prazo. Se a orientação for mantida em março, ele indicaria mais dois cortes de 0,5 ponto, levando a Selic a 9,75% em junho. Nosso cenário-base é de uma Selic no fim do ciclo em 9%, mas acho que, ao se aproximar do fim do ciclo, ele precisa ser mais cauteloso", afirma o profissional.

Para Goldenstein, o Banco Central fez uso do forward guidance na reunião de agosto, quando a autoridade surpreendeu o mercado ao começar o ciclo de afrouxamento monetário com um ritmo de 0,5 ponto.

"A origem do guidance era conter um excesso de otimismo do mercado em uma eventual aceleração do ritmo para 0,75 ponto. Isso está superado e a ferramenta já perdeu a utilidade. Na medida em que

estamos avançando no ciclo de relaxamento, faz sentido pensar em remover essa amarra, seja pelo cenário externo ou pela resiliência da **inflação** de serviços. Em algum momento será apropriado discutir a redução no ritmo de afrouxamento", diz.

Reinaldo Le Grazie

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187805>

O debate sobre a comunicação do Copom também foi assunto no BTG Summit 2024, realizado pelo BTG Pactual em fevereiro. No evento, Bruno Serra, gestor da Itaú Asset e ex-diretor de política monetária do Banco Central, avaliou que o momento é oportuno para o Copom reduzir a orientação do ritmo dos cortes.

"Estamos em um momento em que seria saudável o Banco Central tirar essa comunicação de duas reuniões à frente. O que não quer dizer que precise desacelerar na reunião de junho. Seria bom ele se dar esse grau de liberdade", disse o ex-diretor.

Para Serra, o Copom pode ter benefícios no médio prazo ao adotar uma estratégia um pouco mais cautelosa no presente. "O BC pode tirar o plural, sinalizar um corte de 0,5 ponto percentual em maio e deixar em aberto. Se o cenário evoluir bem, pode entregar 0,5 ponto [em junho], Acho que o cenário está muito bom para uma Selic de 9,5%. Pode ser mais baixa? Pode, mas hoje o BC colheria bons frutos sendo conservador, para poder cortar até os 9%", afirmou Serra. "A prescrição de política, com a expectativa desancorada e a economia crescendo bem, seria ele parar acima do que o [boletim] Focus tem. Então seria 9,5%. Mas o cenário deve evoluir positivamente e ele pode acabar entregando um pouco mais baixo. Mas não deveria sinalizar isso neste momento", afirmou.

No mesmo evento, o estrategista-chefe do BTG Pactual Asset Management e ex-diretor de assuntos internacionais do BC, Tiago Berriel, disse que a mudança de estratégia seria semelhante a uma compra de seguro contra a volatilidade externa.

"Caso ele [o Copom] não sinalize um corte de 0,5 ponto percentual em junho, ninguém vai imaginar que vai acelerar o ritmo. Isso já retira um lado do risco. A única coisa que estaria comprando, ao não sinalizar [o corte de 0,5 ponto em] junho, é um seguro contra volatilidade muito grande do cenário externo e interno", afirmou. "Estamos vendo que o cenário externo está muito animado. Ao mesmo tempo, ele está mais perto do fim do ciclo e tem que comprar alguma proteção. Ele já se expôs demais no forward guidance e está na hora de parar. É hora de sair dessa camisa de força em que ele se colocou, que já cumpriu o seu papel."

"Em momentos de turbulência é bom dar orientação, mas depois tem que tirar [o forward guidance]"

Campos se diz mais otimista que o mercado sobre fiscal

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse em entrevista à "Folha de S.Paulo", no fim de semana, que o governo federal tem condições de entregar um déficit fiscal menor do que o que está precificado pelo mercado hoje. "O mercado tem um número de déficit projetado hoje de 0,7%, 0,8% do **PIB**, e acho que o governo tem condições de entregar um número melhor do que esse. Estou otimista em relação ao que o mercado está achando", disse, após notar que o cenário fiscal é uma variável que está diretamente ligada à política monetária.

Campos também notou, ainda em termos de política monetária e após o IBGE divulgar que a economia brasileira teve expansão de 2,9% em 2023, que se o **PIB** cresce muito e começa a gerar um processo inflacionário, é preocupante para o BC. "Mas o que observamos no ano de 2023? Diversas revisões de **inflação** para baixo e diversas revisões de **PIB** para cima", afirmou. "O que a gente está vendo agora? Temos uma preocupação com a **inflação** de serviços e com o efeito de salários. Estamos vendo os salários subirem um pouquinho mais, e como é que isso impacta a **inflação** de serviços? A gente tenta fazer uma diagramação olhando todos os setores." Sobre o efeito de um mercado de trabalho mais apertado do que o previsto, o banqueiro central nota que o fenômeno tem ocorrido em vários países, não só no Brasil, depois da pandemia. Ele disse que ainda não é possível vislumbrar qual será o patamar da Selic ao fim do ciclo de afrouxamento. "O processo de desinflação ainda está em curso. Se a taxa vai terminar em um dígito ou não depende de muita coisa, inclusive da parte externa."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187805>